

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E
POLÍTICAS PÚBLICAS

SYDNEIA DE OLIVEIRA BRITO

e-JOVEM: UM PROJETO EDUCACIONAL EM TIC VOLTADO
PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SÓCIO-
DIGITAL DE JOVENS DO ESTADO DO CEARÁ

FORTALEZA – CEARÁ

2014

SYDNEIA DE OLIVEIRA BRITO

**e-JOVEM: UM PROJETO EDUCACIONAL EM TIC VOLTADO PARA A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SÓCIO-DIGITAL DE JOVENS
DO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em
Planejamento e Políticas Públicas do
Centro de Estudos Sociais Aplicados
da Universidade Estadual do Ceará,
como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Planejamento e Políticas Públicas.

Área de Concentração: Avaliação de
Instituições Públicas, Programas e
Projetos Institucionais

Orientador: Prof. Dr. Antônio
Germano Magalhães Junior

FORTALEZA – CEARÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Brito, Sydneia de Oliveira.

e-Jovem: um projeto educacional em TIC voltado para a formação profissional e inclusão sócio-digital de jovens do estado do Ceará [recurso eletrônico] / Sydneia de Oliveira Brito. - 2014.

1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 92 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Avaliação de Instituições Públicas, Programas e Projetos Institucionais.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior .

1. Qualificação profissional. 2. Inclusão Sócio-digital. 3. Juventude. I. Título.

SYDNEIA DE OLIVEIRA BRITO


E-JOVEM: UM PROJETO EDUCACIONAL EM TIC VOLTADO PARA A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO SÓCIO-DIGITAL DE JOVENS DO
ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.


Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 03/10/2014

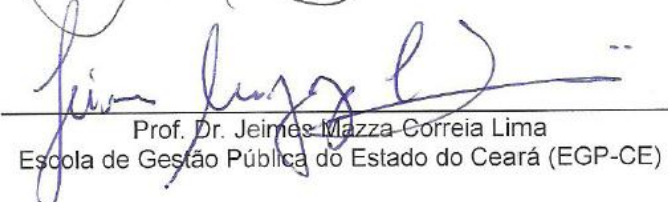
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Jeimes Mazza-Correia Lima
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP-CE)

Para Fernando Sérgio (*in memoriam*) pela dedicação e amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Destaco somente duas palavras: Satisfação e Gratidão.

Satisfação por estar concluindo mais uma etapa de minha vida acadêmica dentro da UECE.

Gratidão aos companheiros do Projeto e-Jovem pela disponibilização dos dados e compreensão.

À minha família pela confiança e por entender a minha momentânea – e necessária – “misanthropia intelectual”.

Ao professor orientador Germano Júnior pelas considerações e paciência durante esta árdua caminhada da escrita.

À banca examinadora pela disponibilidade e contribuições na banca de qualificação e na análise final deste trabalho.

À coordenação do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas pela presteza no atendimento.

Enfim, agradeço aos colegas de curso e a todos que colaboraram para tornar esta pesquisa uma realidade.

Catar Feijão

Catar feijão se limita com escrever: joga-se os grãos na água do alguidar e as palavras na folha de papel; e depois, joga-se fora o que boiar.

Certo, toda palavra boiará no papel, água congelada, por chumbo seu verbo: pois para catar esse feijão, soprar nele, e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

Ora, nesse catar feijão entra um risco: o de que entre os grãos pesados entre um grão qualquer, pedra ou indigesto, um grão imastigável, de quebrar dente.

Certo não, quando ao catar palavras: a pedra dá à frase seu grão mais vivo: obstrui a leitura fluviente, flutual, açula a atenção, isca-a como o risco.

(João Cabral de Melo Neto)

RESUMO

Esta dissertação realiza uma apreciação a respeito da trajetória do Projeto e-Jovem como ação governamental de qualificação profissional e digital de jovens das escolas públicas do Estado do Ceará. De caráter exploratório, a pesquisa baseia-se na observação de dados sobre os aspectos políticos e técnico-pedagógicos relacionados ao e-Jovem. As fontes de pesquisa foram documentos oficiais do Projeto e-Jovem, tais como: Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso, Estrutura Didático-Pedagógica, Análise do Perfil socioeconômico do participante do e-Jovem, além dos relatórios de Avaliação de Impacto dos Projetos Financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e da prestação de contas realizados pelo fundo de financiamento do e-Jovem. Também dialoga com as categorias que envolveram o referencial teórico do estudo: juventude, políticas públicas de qualificação profissional e de inclusão digital no contexto brasileiro e cearense, tecnologias da informação e comunicação (TICs), sociedade da informação e inclusão sócio-digital. Com isso, busca contribuir com o debate e gerar conhecimentos para a reflexão a respeito das práticas relacionadas às políticas públicas para a juventude cearense. Estruturada em quatro partes, o primeiro capítulo mostra o conceito de juventude como categoria sociológica e uma breve trajetória das políticas públicas para a juventude no Brasil – utilizando como recorte histórico a década de 1990 até o Governo Lula – reconhecendo esse público como “sujeitos de direitos”. Também discorre a respeito das políticas públicas de qualificação profissional para a juventude e as políticas públicas de inclusão digital. O segundo capítulo abrange a atuação do Projeto e-Jovem como uma política governamental de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital para os jovens cearenses. O terceiro capítulo abrange a relação entre o mundo de trabalho e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) – haja vista que o mercado tem exigido significativamente habilidades com as novas tecnologias – e como a juventude está inserida no processo de exclusão e inclusão digital. O quarto capítulo tece considerações sobre os elementos do Projeto e-Jovem que interligam as políticas públicas de qualificação profissional e a inclusão digital da juventude cearense, além de discutir acerca das disposições políticas que estabelecem diretrizes para essa política governamental. Em seguida, as considerações finais são apresentadas arrematando o estudo. A pesquisa conclui que o Projeto e-Jovem vem desenvolvendo com sucesso a qualificação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) de seus alunos, entendendo que o acesso e a utilização das novas tecnologias e suas ferramentas são essenciais para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, para efetivar a inclusão sócio-digital, é necessário articular a capacitação profissional com políticas públicas de emprego, de forma a contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas dos jovens cearenses e para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Palavras-chave: Qualificação profissional. Inclusão Sócio-digital. Juventude.

ABSTRACT

This dissertation performs an appreciation about the trajectory of the Project e-Jovem as governmental action of professional and digital qualification of young people from public schools in the state of Ceará. Exploratory, the research is based on the observation data on political, technical and pedagogical issues related to e-Jovem. Research sources were official documents of Project e-Jovem, such as: Project Political, Course Plan, Structure Didactic-Pedagogical Analysis of the socioeconomic profile of the participant's e-Jovem and the report of the Impact Assessment of Projects Funded by State Fund to Combat Poverty (FECOP) and accountability held by financing fund of e-Jovem. Also speaks to the categories involving the theoretical framework of the study: youth, public policy professional skills and digital inclusion in Brazil and Ceará context, information and communication technologies (ICT), information society and social and digital inclusion. With this, seeks to contribute to the debate and generate knowledge for reflection on the associated policy for youth Ceará practices. Structured in four parts, the first section shows the concept of youth as a social category and a brief history of public policies for youth in Brazil – using as historical view the 1990s to the Lula government – recognizing this public as "subjects of rights." Also discuss on the public policy of professional qualification for youth and public policy of digital inclusion. The second chapter covers the performance of the Project e-Jovem as a government policy of professional qualifications and socio-digital inclusion for young Ceará. The third chapter covers the relationship between the world of work and the use of Information and Communication Technologies (ICTs) - given that the market has significantly required skills with new technologies - and how youth are inserted into the process of exclusion and inclusion digital. The fourth chapter reflects on the elements of Design and Young-linking public policy professional qualifications and digital inclusion of youth Ceará, besides discussing about the policy provisions that establish guidelines for this government. Then the final considerations are presented closing the study. The research concludes that the Project e-Jovem has been developing successfully the qualification in Information and Communication Technologies (ICTs) to their students, understanding that access to and use of new technologies and tools are essential for the integration of young people in the labor market. However, to effect social and digital inclusion, it is necessary to combine professional training with public employment policies in order to contribute to the improvement of the socioeconomic conditions of young people of Ceará and building a fairer and more equal society.

Keywords: Professional qualification. Social and digital inclusion. Youth.

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Juventude como categoria sociológica	17
1.1 Os jovens como “sujeitos de direitos” e Políticas Públicas para a Juventude	22
1.2 A Institucionalização das Políticas Públicas de Juventude	31
1.3 Políticas Públicas de Qualificação Profissional para a Juventude	35
1.4 Políticas Públicas de Inclusão Digital no Brasil	37
2 Trajetória do Projeto e-Jovem no contexto das Políticas Públicas Governamentais....	42
2.1 O que é o Projeto e-Jovem	42
3 Juventude e Educação: A Qualificação Profissional voltada para o mercado de trabalho	47
3.1 A Juventude frente às novas exigências do mercado de trabalho.....	53
3.2 As novas tecnologias e algumas observações sobre exclusão e inclusão digital	57
4 Observações acerca do Projeto e-Jovem como uma interface das políticas públicas de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital para a juventude no Ceará	62
Considerações Finais	72
Referências Bibliográficas.....	76
Anexos.....	88
Anexo A – Motivações do aluno e-Jovem para ter um trabalho.....	88
Anexo B – Planos do aluno e-Jovem para o futuro.....	89
Anexo C – Faixa etária dos alunos e-Jovem.....	90
Anexo D – Distribuição de renda dos alunos e-Jovem.....	91
Anexo E – Motivação dos alunos para cursar o Projeto e-Jovem.....	92

INTRODUÇÃO

A decisão de estudar o Projeto e-Jovem surgiu da inquietação em compreender a realidade de políticas públicas que ele abrange: a inclusão digital e a qualificação profissional da juventude, tudo isso se valendo de um olhar científico e reflexivo.

A escolha do tema da pesquisa explica-se por mais dois motivos: O primeiro vem do fato de ter exercido, durante três anos e quatro meses, a função de supervisora educacional do e-Jovem, um projeto de educação profissional voltado para a juventude e por acreditar que é possível mudar a realidade social desses jovens através desta ação governamental que também objetiva contribuir para o incremento do desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará. Ademais, vivenciando como o e-Jovem situa-se no cenário da qualificação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação, isso facilitou a viabilidade do estudo em termos de coleta de dados.

A segunda motivação para a pesquisa foi buscar dar visibilidade ao Projeto e-Jovem no âmbito acadêmico e também endossar a discussão a respeito das políticas públicas de qualificação profissional – verificando as mudanças no mundo do trabalho por conta das inovações tecnológicas – e de inclusão digital para a juventude como fatores de efetiva inclusão sócio-digital da juventude cearense.

O estudo tem com hipótese a atuação do e-Jovem como uma ação do governo do Estado do Ceará que acredita na qualificação profissional como fator de melhoria das condições sócio-profissionais e da consequente inserção no mercado de trabalho dos jovens cearenses frente aos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)¹ e que por esse motivo adota processos educacionais que abordam a inclusão digital e a formação profissional para alunos de ensino médio das escolas públicas do Estado do Ceará.

Na atualidade, as novas tecnologias vêm conferindo constantes mudanças, com destaque ao crescimento da informática² auxiliando o processo produtivo. Furnival e Costa (2005) destacam que a ampla adoção do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a sua disseminação causam mudanças profundas na estrutura e nas ações dos vários

¹ As TICs, com ênfase no uso da *internet*, são compostas por equipamentos e métodos que agilizam os processos de comunicação, distribuição e compartilhamento de informações.

² Oliveira (2011) conta que a história do uso da informática no Brasil, entre meados dos anos 1960 até os anos 1980, teve uma predominância militar e bélica incentivada pelo Regime Militar. A partir dos anos 1990, seu uso passou a ter objetivos comerciais e também houve um incremento do uso dos computadores pessoais que aumentou a demanda por recursos humanos qualificados para o setor de informática.

segmentos sociais, potencializando o acesso à informação e aumentando a demanda pela inclusão digital.

De acordo com Castells (2004), no final do século XX, a expansão das novas tecnologias alterou a relação mercadológica global e fez surgir uma nova vertente econômica denominada “e-economia³” que trouxe um conjunto de aspectos interrelacionados como: o crescimento da produtividade, o aumento do mercado globalizado, a procura pela inovação, produtividade e pelo crescimento econômico. Houve também para uma modificação no mercado de trabalho, em sua organização, seus processos e na dinâmica das relações trabalhistas que se tornaram mais acirradas exigindo dos sujeitos uma melhor qualificação e aprimoramento profissional. Por isso, no contexto da “e-economia”, saber como utilizar as TICs passou a ser um grande diferencial competitivo tanto para aquele trabalhador que deseja ingressar no mercado de trabalho quanto para quem deseja permanecer nele.

Goes (2011, p. 13) afirma que devido à dinamicidade do mercado de trabalho e suas exigências, “faz-se necessário um novo tipo de trabalhador com capacidades e habilidades que o tornem apto a ser incluído no setor de produção cada vez mais competitivo.”

Ou seja, cabe ao trabalhador adequar-se às exigências do mercado e buscar a qualificação profissional junto às transformações tecnológicas através da educação para conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Com isso, afirma-se que: “O discurso do aprender a aprender quer fazer do conteúdo escolar um instrumento de desenvolvimento de competências necessárias para que o indivíduo possa responder a um mundo em transformação acelerada.” (SILVA, 2013, p. 18).

Para isso, cabe às instituições que oferecem educação profissional tentar tornar sua clientela empregável, adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos trabalhadores às instituições e seus objetivos. O discurso oficial tem reforçado à educação o papel de oferecer condições que garantam ao trabalhador a sua empregabilidade, e aumente as suas chances de conseguir um emprego. (LEAL, 2003, p. 71).

A escola pode proporcionar uma importante iniciativa de inclusão digital utilizando os recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas educativas que sirvam como um meio de profissionalização, fonte de realização pessoal e de uma nova forma de socialização, uma vez que os sujeitos passam a compartilhar informações e a agregar

³ A “e-economia” causa impacto nas práticas empresariais e nas estruturas de mercado ao utilizar as novas tecnologias dentro das empresas para reduzir as distâncias, melhorar o compartilhamento de informações e seus custos, também há um incremento nas ofertas de serviços e produtos. Dessa forma, a busca por clientes também aquece o mercado, exigindo que as empresas se adequem a esse novo modelo, além disso, novos tipos de negócio surgem pela internet, como o mercado eletrônico, por exemplo, aumentando a competitividade das empresas. Os clientes, por sua vez, com mais acesso à informação de maneira mais rápida, tem o seu poder de escolha expandido e estes passam a buscar produtos de qualidade e que tenham consonância com seu estilo de vida.

conhecimentos através dos recursos digitais com ênfase na utilização da *internet*, um recurso que permite o acesso e o compartilhamento de informações instantaneamente, via rede mundial de computadores.

Assim, a inclusão digital passou a ser percebida como ferramenta de acesso ao mercado de trabalho e tornou-se tão necessária que ganhou destaque na pauta das políticas públicas. Porém, atenta-se para o antagonismo que envolve o campo das políticas públicas de inclusão digital que:

[...] ora adquire um caráter conservador, como estratégia para adequação do país à economia globalizada e informatizada, ora como elemento essencial para apropriação dos elementos da cultura digital e emancipação da população, ou ainda como estratégia para inclusão social e combate à pobreza. (DAMASCENO et al, 2012, p. 34-35).

O Brasil vem acompanhando os avanços tecnológicos, no entanto, eles têm exaltado as características assimétricas e excludentes do processo econômico globalizado⁴. Sposito (2003) aponta que apesar de ter uma economia forte – uma das 15 maiores do mundo – o Brasil tem a desigualdade social como um traço característico bem marcante, além de conviver com disparidades na distribuição de renda e com índices de bem-estar social menores que outros países da América Latina.

Nesse contexto de desigualdades, destaca-se uma parcela da sociedade brasileira que experimenta intensamente as novas maneiras de ser e estar no mundo globalizado (NOVAES, 2009) e que constitui a força de trabalho que está buscando seu espaço no mundo do trabalho: a juventude. Por isso as políticas públicas específicas para a juventude são necessárias para que possam dar subsídios para a constituição da cidadania plena, garantia de direitos e concessão de oportunidades para este público.

Mattos e Chagas (2008) afirmam que as políticas públicas de inclusão digital devem trabalhar conjuntamente com as políticas educacionais, oportunizando com isso, a inserção dos jovens no mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Dentro do cenário das políticas públicas de inclusão digital e de qualificação profissional para a juventude, pode-se destacar no Estado do Ceará uma iniciativa da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) que, desde 2007, empreende formação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com ênfase no ensino da

⁴ Moreira (2008) destaca que as tecnologias digitais derivaram duas vertentes: uma é o campo da expansão de socializações e de novas possibilidades, que traz muitos avanços, o que contribui para o crescimento da democracia e para a mobilização social; já a outra vertente tem a face do analfabetismo e da exclusão digital. Ela compreende o acesso à informação como instrumento de poder que denota assimetrias e tensões socioeconômicas entre os diferentes estratos da sociedade.

informática e do *Software Livre*⁵ para jovens⁶ alunos e egressos do ensino médio da rede pública estadual: é o Projeto e-Jovem⁷.

Diante do exposto, surge o questionamento norteador da pesquisa: De que maneira o Projeto e-Jovem se desenvolve como proposta de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital para a juventude cearense?

Como objetivo geral, esta dissertação buscou investigar a atuação do e-Jovem como um Projeto de qualificação profissional em TICs voltado para a inclusão sócio-digital de jovens do Estado do Ceará.

De maneira específica, a pesquisa buscou:

- a) Descrever a experiência de formação profissional do e-Jovem como uma ação governamental que promove profissionalização e que visa à inclusão sócio-digital dos jovens cearenses atendidos pelo Projeto;
- b) Discorrer sobre as iniciativas de qualificação profissional de jovens e sua inserção no mercado trabalho atual;
- c) Discorrer sobre as políticas públicas de inclusão digital via utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
- d) Refletir a respeito das Políticas Públicas de Qualificação Profissional para a juventude no Ceará;
- e) Verificar os aspectos existentes no Projeto e-Jovem que se relacionam com as políticas públicas de inclusão digital e de qualificação profissional para a juventude no Brasil e no Ceará.

Do ponto de vista metodológico, esta dissertação se constituiu de uma pesquisa exploratória, com base em informações obtidas em fontes bibliográficas e documentais, tais como: publicações científicas, dissertações, relatórios do governo do Estado do Ceará e do próprio Projeto e-Jovem.

Buscando proporcionar uma maior aproximação acadêmica e identificação com o problema da pesquisa, além de ter dialogado com teóricos que embasaram as temáticas existentes na pesquisa, foi necessária a realização do levantamento bibliográfico sobre as categorias abordadas para a construção do referencial teórico deste estudo: juventude, desenvolvimento das políticas públicas de qualificação profissional e de inclusão digital no

⁵ É um *software* que se opõe ao conceito do *software* proprietário ou licenciado. Ele pode ser usado, copiado, ter seu código-fonte modificado e distribuído de maneira democrática. Vide: <<http://www.softwarelivre.gov.br>>

⁶ De acordo com a pesquisa de perfil socioeconômico do participante do e-Jovem verificou-se que “a distribuição da faixa etária dos participantes do projeto e-Jovem [correspondeu a] uma maior concentração de participantes na faixa etária entre dezesseis a dezoito anos de idade [...]” (CEARÁ, 2013b, p. 14).

⁷ Vide: < <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas?id=4880:projeto-e-jovem> >

contexto brasileiro e cearense, sociedade da informação, inclusão sócio-digital. A pesquisa também foi baseada na observação de dados sobre aspectos políticos e técnico-pedagógicos relacionados ao Projeto e-Jovem.

Também foi realizada uma análise textual dos documentos oficiais do Projeto e-Jovem, tais como: o Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso, Estrutura Didático-Pedagógica, Análise do Perfil socioeconômico do participante do e-Jovem, além dos relatórios de Avaliação de Impacto dos Projetos Financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e da prestação de contas realizados pelo fundo de financiamento do e-Jovem.

Alves e Paulo (2012) asseveram que a investigação científica exige a adoção de métodos⁸ adequados aos objetivos que o pesquisador deseja alcançar. Também é imprescindível que o pesquisador cumpra as regras metodológicas visando um desenvolvimento lógico no caminhar da investigação para viabilizar conclusões coerentes, uma vez que os objetos de investigação tornam-se totalidades desafiadoras para o pesquisador.

Esta pesquisa procurou mostrar a trajetória do Projeto e-Jovem como uma política governamental que vem buscando unir a qualificação profissional em informática e a inclusão digital dos jovens cearenses. Ademais, também foi incluída a experiência acumulada da autora como supervisora educacional do e-Jovem, mas que nem por isso deixou de exigir a realização de um exame intensivo dos dados.

Por isso, esta pesquisa buscou conceber um maior enriquecimento no âmbito da construção de novos saberes, além disso, vale dizer que os temas estudados não se esgotam nela, abrindo, portanto, a possibilidade para estudos futuros e para a expansão dos conhecimentos.

A presente dissertação está estruturada da seguinte maneira: A Introdução apresenta o tema de maneira problematizada, indicando os objetivos gerais e específicos da pesquisa a partir da hipótese formulada, assim como os caminhos metodológicos e teóricos que foram percorridos. Em seguida, o primeiro capítulo expõe o conceito de juventude como categoria sociológica que considera a polissemia de aspectos socioeconômicos, históricos e culturais ligados aos jovens. Também exhibe uma breve trajetória das políticas públicas para a juventude

⁸ O método é compreendido como um instrumento de orientação que auxilia o pesquisador no planejamento da pesquisa, na investigação e na interpretação dos dados, eis aí a sua importância (FACHIN, 2006). Goes (2001, p. 29) assinala que a pesquisa abrange “um momento ímpar em que o pesquisador é instigado a apreender, de forma sistemática, criteriosa e crítica, todo um conteúdo, permeado por diferentes pontos de vista, necessitando, por parte do pesquisador, sempre de olhos postos na realidade, buscar desvelar o fenômeno.”

no Brasil – utilizando como recorte histórico a década de 1990 até o Governo Lula – reconhecendo esse público como “sujeitos de direitos”. Também discorre a respeito das políticas públicas de qualificação profissional para a juventude e as políticas públicas de inclusão digital.

O Capítulo 2 apresenta a trajetória do Projeto e-Jovem como uma política governamental de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital para os jovens cearenses.

O Capítulo 3 expõe a importância da qualificação profissional da juventude voltada para a sua inserção no mercado de trabalho contemporâneo, que exige cada vez mais o uso das TICs. Também discorre acerca do uso das novas tecnologias como fator de exclusão e inclusão digital.

O Capítulo 4 tece observações sobre os elementos do Projeto e-Jovem que envolvem as políticas públicas de qualificação profissional e a inclusão digital da juventude cearense, além de discutir acerca das disposições políticas do Plano Plurianual (PPA) que abrangem essa política governamental.

Finalmente, o estudo é arrematado pela apresentação das considerações finais.

1 JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIOLÓGICA

Este capítulo discorre a respeito do conceito contemporâneo de juventude, sendo este embasado como uma categoria que é construída socialmente, pois compreende a relação entre as diversas gerações para além do conceito linear de juventude como um processo de transição para a vida adulta. Também menciona nomes de alguns pensadores que contribuíram para a abordagem sociológica da juventude, como: Karl Mannheim, Otávio Ianni e Marialice Foracchi. Os estudos foram primordiais para conhecer e integrar os jovens ao processo democrático brasileiro, bem como compreendê-los como “sujeitos de direitos” que possuem demandas e que merecem políticas públicas específicas. Por fim, mostra uma breve trajetória do desenvolvimento das políticas públicas para a juventude no Brasil – utilizando como recorte histórico a década de 1990 até o Governo Lula em 2010 – reconhecendo os jovens como um público significativo que demanda políticas públicas específicas e colocando a temática da juventude na agenda política. Por fim, expõe exemplos de políticas públicas de qualificação profissional para a juventude e de inclusão digital, as duas vertentes de políticas públicas que abrangem o Projeto e-Jovem.

As sociedades ocidentais modernas e contemporâneas sempre tiveram a preocupação de definir quando começa e quando termina a juventude a fim de balizar suas condutas e direitos. Esta é uma concepção funcionalista que busca naturalizar e padronizar os sujeitos, sinaliza Groppo (2004).

A concepção de juventude corrente na sociologia, e genericamente difundida como noção social, é profundamente baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constituiu como categoria de análise: como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. (ABRAMO 1997, p. 29).

A juventude foi sendo vista como um processo linear de transição para a vida adulta, que vai evoluindo da fase infantil à fase adulta biológica, mental e socialmente. Por isso, contabilizar a idade para estabelecer parâmetros tidos como “naturais” do desenvolvimento humano foi tarefa de estudiosos tais como cientistas, pedagogos, juristas, médicos e psicólogos para fortalecer a ideologia burguesa.

Assim sendo, a percepção de juventude foi constituída como uma fase intermediária onde o jovem vai ingressando no mundo adulto através da busca de um novo espaço de participação social.

A juventude é tradicionalmente considerada como uma fase de preparação para uma vida adulta futura, reduzindo-se as ações voltadas aos jovens unicamente à preocupação com sua escolarização. Mas a vivência juvenil na contemporaneidade tem se mostrado mais complexa, combinando processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho, a definição de identidades, a vivência da sexualidade, da sociabilidade, do lazer, da fruição e criação cultural e da participação social. O que se ressalta nessa perspectiva é a importância de se considerar a perda de linearidade e de um padrão único na transição para a vida adulta, com possibilidades de trajetórias juvenis intermitentes e reversíveis. Assim, a tendência ao prolongamento e à multiplicidade de dimensões da vida juvenil provocariam a consideração de dois eixos de visão sobre os jovens: sua vida presente (a fruição da juventude) e sua projeção para o futuro (os modos pelos quais deixam de ser jovens para se tornarem adultos). Desse modo, não só as possibilidades de formação para o exercício da vida adulta têm que ser consideradas, mas também as possibilidades para a vida juvenil. (NOVAES et al., 2006, p. 20).

No entanto, Pais (1990) acredita que a juventude não deve ser relacionada somente a uma fase que antecede a vida adulta, muito embora a sua visibilidade tenha adquirido “consistência social” a partir da percepção dos “problemas” relacionados a esta fase da vida.

Nesta ordem de ideias, muito embora a puberdade, em si, seja um processo biológico universal, a adolescência só começou a ser vulgarmente encarada como fase de vida quando, na segunda metade do século XIX, os problemas e tensões a ela associados a tornaram objecto de ‘consciência social’. O envolvimento dos jovens em grupos de amigos e os comportamentos que começaram a ser identificados como fazendo parte de uma ‘cultura adolescente’ foi fonte de preocupações, tanto de educadores como de reformistas [...] O prolongamento da escolaridade, a legislação sobre trabalho infantil, que incrementava a idade a que os adolescentes podiam começar a trabalhar, o próprio surgimento da família contemporânea, com o correspondente aumento da dependência dos jovens em relação às suas famílias de origem, a proliferação de casas de correção para menores e outras medidas públicas constituíram a expressão do reconhecimento social dos ‘problemas’ da adolescência. (PAIS, 1990, p. 148).

Grosso (2004, p. 11) mostra que a juventude é uma categoria social que é utilizada “para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres”. O autor ainda escreve que a juventude é tomada como uma representação sociocultural fabricada pelos grupos sociais para significar uma série de comportamentos e atitudes atribuídos aos jovens.

A juventude é uma categoria relacional por abranger a interrelação entre as gerações (infância, juventude, maturidade e velhice), significa dizer que os diversos conflitos geracionais, tais como a distribuição do poder e dos privilégios sociais, atuam no campo das relações sociais.

Sendo assim, a juventude não significa uma espécie de característica substancial que é parametrada somente pela idade, mas é, sobretudo, uma categoria baseada nas lutas entre as relações de força geracionais. É como Barbalho (2013, p. 15) assinala:

Pierre Bourdieu (1983) observa como a separação do mundo do jovem e o do adulto baseia-se em uma fronteira arbitrária, em um poder de divisão que estabelece o que é

apropriado [a] uns e outros fazerem – poder este que em nossa sociedade está nas mãos do segundo. Há uma luta, uma disputa entre as gerações para determinar quais são os direitos e deveres de cada uma. A separação jovem-adulto é uma estratificação social, baseada em uma pretensa classificação objetiva por idade, e que implica na delimitação de espaços e na imposição de uma ordem.

Esteves e Abramovay (2008) também asseveram que o conceito de juventude é resultado das concepções de cada sociedade a partir da maneira como ela percebe os jovens, com suas especificidades e diversidades (de gênero, raça, cor, religião, faixa etária, classe social) fatores estes que dão espaço para a utilização do termo “juventudes” no sentido de pluralidade.

A realidade demonstra, no entanto, que não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. [...] Entretanto, embora essas duas visões impliquem em diferentes abordagens, elas não se anulam. Isto porque, dependendo do enfoque, a juventude pode se apresentar tanto como um grupo aparentemente homogêneo quanto heterogêneo. No primeiro caso, por exemplo, quando a comparamos com outras gerações; no segundo, quando analisada como um conjunto social detentor de atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros. [...] As diferentes juventudes não são, tão-somente, “estados de espírito”. São, isto sim, uma realidade palpável que tem sexo, idade, fases, anseios etc., entronizada em um período de tempo cuja duração não é permanente, mas transitória e passível de modificações. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008, p.4-5).

Mais ainda, Groppo (2004) lembra que, mesmo nascidos em um mesmo intervalo de tempo, os jovens experienciam aspectos diversos como classe social, etnia, nacionalidade/regionalidade e gênero que são modificantes na constituição de suas identidades, o que é imprescindível para entender o funcionamento e as transformações inerentes às juventudes contemporâneas.

Dessa maneira, percebe-se que existem juventudes que convivem num mesmo espaço social, na mesma época, mas diferenciadas por classes sociais, comportamentos, religiões, etnias, não havendo necessariamente um ciclo natural e universal na vida, pois, como já expresso, em sociedades diversas as etapas da infância, adolescência, juventude, adulto, velhice são demarcadas de formas diferenciadas. (BRITO, 2006, p. 34).

A juventude é, sobretudo, uma categoria construída socialmente, baseada na conjuntura de circunstâncias particulares – sejam elas sociais, econômicas ou políticas – que variam de acordo com cada sociedade. É também uma “categoria sujeita”, pois tem a capacidade dinâmica de se modificar com o passar dos tempos. (PAIS, 1990).

Compreender a juventude como uma categoria sociológica significa levar em conta a polissemia dos fatores históricos, socioeconômicos e culturais existentes, muito além do que uma fase da vida. Sendo assim, os jovens devem ser percebidos como sujeitos ligados aos seus contextos históricos e que, portanto, sofrem as mudanças de seu tempo.

[É] preciso compreender que a categoria sociológica “juventude” encerra intrinsecamente uma tensão que não se resolve: ela é ao mesmo tempo um momento

no ciclo de vida, concebido a partir de seus recortes socioculturais, e *modos de inserção* na estrutura social. (SPOSITO, 2003, p.10).

A respeito dos estudos que abordam a compreensão sociológica a respeito da juventude, Silva (2010) sublinha alguns autores importantes que iniciaram os estudos nesta área. Karl Mannheim, em 1928, no artigo “O problema sociológico das gerações” presente no livro “Ensaio de uma sociologia do conhecimento” já aborda o conceito de geração, sendo assim considerado como o precursor da “Sociologia da Juventude”. Para o autor, geração abrange um grupo dinâmico de indivíduos que compartilha situações e experiências típicas deste grupo. Seria algo semelhante ao conceito de classe que condiciona a vivência social de um sujeito.

Mannheim também estudou o significado da juventude na sociedade, em seu ensaio “O problema da juventude na sociedade moderna” (1968), afirmando que a juventude seria uma força revitalizadora para o futuro, enfatizando o aspecto contínuo das relações geracionais e suas mudanças.

No Brasil, a partir da década de 1960, os estudos de juventude como categoria social e seu papel na sociedade moderna foram realizados por Otávio Ianni, em “O jovem radical”, extraído de seu livro “Industrialização e desenvolvimento social no Brasil” (1962). “O autor analisa a condição da juventude na sociedade capitalista a partir de uma visão estrutural das implicações das determinações político-econômicas e de classes sobre o jovem; podendo este se tornar um jovem radical ou um conservador.” (SILVA, 2010, p. 4).

[É] possível compreender porque a partir das décadas de 1950, e principalmente, de 1960 há tanto interesse por parte da sociologia sobre esse ‘novo’ ator ou agente social que é o jovem, sem que as abordagens sejam apenas para analisar seus comportamentos como ‘desviantes’, ‘anormais’, em comparação com o jovem perfeitamente incorporado nos ambientes familiar, escolar e do trabalho – tipo de análise comum em período imediatamente anterior em uma perspectiva funcionalista. Naquelas décadas, quando a juventude constituiu ‘movimentos’ em vários países, tanto nas regiões desenvolvidas do capitalismo, quanto nas áreas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, para usar a classificação da época, bem como nos do bloco socialista, ela deixa de ser vista apenas como vetor da delinquência, mas também de projetos de transformação social. (BARBALHO, 2013, p. 14).

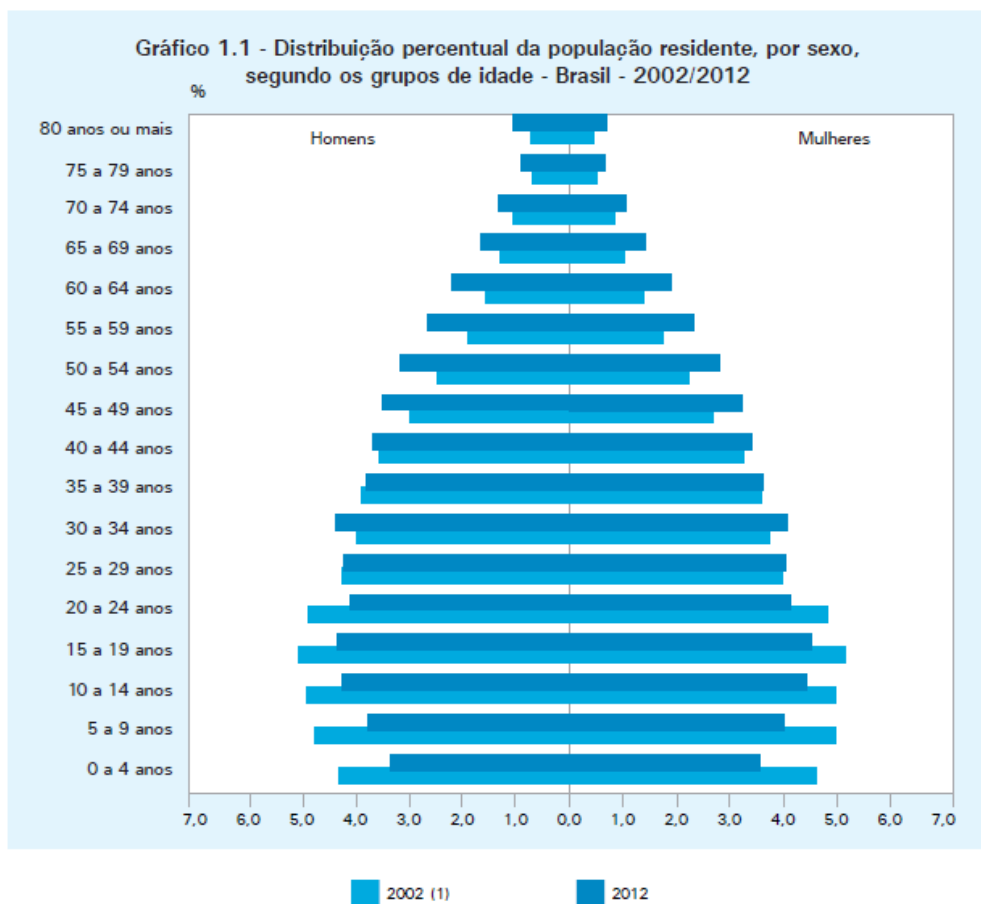
Já Marialice Foracchi, apoiada nas pesquisas de Mannheim, estuda o conceito de geração, o processo de transição para a vida adulta, a rebelião dos jovens e o movimento estudantil contemporâneo, enfatizando que as condições de classe são determinantes para a compreensão das condições sociais onde os jovens estão inseridos. (SILVA, 2010).

Embora a delimitação das faixas etárias não seja um quesito único para conceituar a juventude, ela é utilizada muitas vezes para fins demográficos, estatísticos e na área de Direito, por exemplo. A definição etária atual foi estabelecida pela Organização das Nações

Unidas (ONU), desde 1985, na qual a juventude compreende um segmento populacional com idade entre 15 (quinze) e 24 (vinte e quatro) anos.

No Brasil, a partir de 2012, o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) passou a considerar como jovens as pessoas de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos. Ressalta-se também que a Cartilha de Políticas Públicas de Juventude, elaborada pela Secretaria Nacional de Juventude (2013), enfatiza que o reconhecimento da juventude se dá como uma etapa do ciclo vital, marcada pela superação da proteção da infância e pela busca da plena inserção social.

Em termos demográficos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁹, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, o Brasil atingiu a marca de 196,8 milhões de habitantes. Já o número de jovens de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) corresponde a mais de 33 milhões de pessoas ou a 13,4% da população brasileira total.



⁹ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2012_v32_br.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

Observando o gráfico¹⁰ sobre a estrutura etária brasileira em 2012, pode-se constatar uma desaceleração do crescimento da juventude, o que denota um processo de envelhecimento da população brasileira, por conta do aumento da expectativa de vida e da baixa na taxa de fecundidade. Conforme com a PNAD de 2002, crianças, adolescentes e jovens (de 0 a 29 anos) correspondiam 55,4% da população, já em 2012, passou para 47,7%. Esse fenômeno foi observado por Sposito (2013, p. 11):

A população jovem (entre 15 e 24 anos) cresceu de forma expressiva nas últimas décadas: de 8,3 milhões em 1940 passou para cerca de 34,1 milhões em 2000. As projeções realizadas pelo IBGE indicam que, a partir de agora, esse segmento deixará de crescer, chegando a uma estimativa de 31,5 milhões de jovens em 2020. Desse contingente, metade é constituída por homens e metade, por mulheres.

Já no Ceará, ainda de acordo com a PNAD de 2012, a proporção de jovens de 15 a 24 anos é de 26,8% em relação ao restante dos segmentos populacionais, constituindo, assim, um público significativo que demanda políticas públicas específicas.

1.1 Os jovens como “sujeitos de direitos” e políticas públicas para a juventude¹¹

Integrar a juventude ao processo democrático do país requer conhecer as especificidades e as demandas das juventudes como ferramentas essenciais para o planejamento e a implementação das políticas públicas.

[A]s políticas públicas que afetam (ou deveriam afetar) a vida (e os direitos) de diferentes segmentos juvenis estão sob a responsabilidade de diferentes ministérios, secretarias e outros organismos governamentais. Assim sendo, está posto o desafio de fazer que os mandatários e técnicos dos diferentes ministérios compartilhem concepções semelhantes sobre a atual *condição juvenil* e se orientem por um mesmo objetivo para formular e implantar políticas voltadas para este segmento etário. (NOVAES, 2009, p. 20).

Leão (2004) assinala que compreender a juventude como “sujeito de direitos” implica na apropriação efetiva de direitos através da realização de políticas públicas, para isso, é

¹⁰ Gráfico retirado da Síntese de Indicadores (SIS) do IBGE 2013, divulgada pelo IBGE, com base nos dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

¹¹ Embora esta pesquisa utilize os termos Políticas Públicas *de* Juventude e Políticas Públicas *para a* Juventude como termos análogos, é importante entender a existência de distinções nas nomenclaturas sobre esse tema. Aponta Leão (2004, p. 100): “BALARDINI (2003) [no texto intitulado: “Políticas de juventud: conceptos y la experiencia argentina”] apresenta quatro modelos de políticas de juventude: a) *políticas para a juventude*; b) *políticas pela juventude*; c) *políticas com a juventude*; d) *políticas a partir da juventude*. As duas primeiras seriam políticas tradicionais, voltadas para a assistência aos jovens, sem contar com mecanismos de participação dos jovens em sua formulação. Se as políticas com a juventude abrem espaço para a participação dos jovens, as políticas a partir da juventude se diferenciam por serem essencialmente autogestionárias.”

preciso que os jovens assumam o papel de protagonistas dessas políticas. Por esse motivo, “discutir políticas públicas para juventudes é um construto da democracia e uma responsabilidade social com a sustentabilidade da civilização.” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 20).

Representando um conjunto de ações implementadas pelo Estado que visam à redução da desigualdade social e à articulação dos direitos dos cidadãos, as políticas públicas são necessárias, pois se constituem como instrumentos de garantia e promoção dos direitos sociais. Porém, Cavalheiro e Juchem (2009, p. 7) atentam:

Os processos de elaboração, bem como os de implementação de políticas públicas são fatores cruciais constitutivos da competência governativa do Estado. A formulação bem-sucedida de políticas públicas depende do sucesso de a elite governamental movimentar apoios para as políticas, de sua primazia, mediante a formação de alianças de sustentação e, da construção de um campo de discussões e, de negociações que evitem a paralisia decisória. O bom êxito do processo de implementação exige, além de coalizões de apoio ao governo, capacidade financeira, instrumental e operacional do Estado.

De acordo com Secchi (2010), a razão de ser de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema de relevância coletiva. Contudo, é necessário perceber que existe um campo político de lutas sociais que “comportam [uma] diversidade de orientações e podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas, etc.” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 7).

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. (BONETI, 2007 apud CARVALHO et al., 2010, p. 3).

Utilizando a terminologia de Foucault (1999), as políticas públicas constituem um espaço de poder pelo fato de existir a interação entre sociedade civil e o Estado, permeada por conflitos de interesses e poderes. São esses os arranjos que sustentam as políticas públicas, uma vez que os beneficiados das mesmas podem perceber que:

É o fato de pertencer a um campo – a posição descentralizada - que vai permitir decifrar a verdade, denunciar as ilusões e os erros pelos quais fazem que você acredite –os adversários fazem você acreditar – que estamos num mundo ordenado e pacificado. (FOUCAULT, 1999, p. 61).

A respeito das Políticas Públicas de Juventude, Diógenes (2009, p. 278) sublinha que é preciso “levar em conta aspectos que recortam o conjunto de suas experiências, suas formas de sociabilidade e as marcas e os códigos de linguagem que balizam suas linhas de comunicação e produzem um reconhecimento entre seus pares.”

Já Guilherme Ortiz (2010, p. 47-49) aponta que as Políticas Públicas de Juventude devem prezar pelos seguintes aspectos:

- a) estimular o protagonismo juvenil e a participação política dos jovens;
- b) reparar ou compensar dificuldades de acesso dos jovens a bens e direitos;
- c) dar visibilidade à temática da juventude na sociedade.

Podemos dizer, então, que uma Política de Juventude consistente deve apresentar as seguintes características:

1. **Integral:** no sentido de apreender a problemática juvenil em todos os seus componentes, por meio de uma visão de conjunto e como parte das estratégias de desenvolvimento social e econômico da cidade, isto é, a questão juvenil como integrante da política geral para o município, a ser implementada pelos órgãos públicos e sociedade;
2. **Transversal:** deve envolver todos os atores (agentes políticos, secretários, assessores), direta e indiretamente, vinculados ao processo decisório da Prefeitura, e interagir com as várias áreas de atuação do governo em programas e projetos comuns;
3. **Sistematizada:** deve estudar, de forma sistematizada e permanente, a dinâmica da juventude, suas necessidades, seus progressos e retrocessos, para propor ações adaptadas ao perfil da juventude atual, de forma articulada e concertada;
4. **Incisiva:** apresentar respostas aos muitos e diversos problemas vivenciados pela juventude, de forma específica e objetiva;
5. **Participativa:** favorecer o protagonismo juvenil, possibilitando que os próprios jovens construam projetos de vida e estabeleçam pontos de referência, nos quais as lideranças locais sejam formadas e os hábitos de conduta positivos sejam estimulados;
6. **Seletiva:** como toda política pública de natureza social, a política de juventude deve ser universalista, humanista e adequada ao contexto, mas deve ter também um caráter pragmático, proporcionando do aos jovens de baixa renda, do meio rural e urbano, e às “mulheres jovens”, em particular, serviços emergenciais de atenção;
7. **Descentralizada:** entender o papel dos atores na solução dos problemas, promovendo a desburocratização dos serviços e proporcionando capacidade operacional, eficiência no atendimento e participação dos jovens.

No âmbito das políticas públicas para a juventude, Abramo (1997) fala sobre o “referencial adultocêntrico” que caracteriza a juventude de maneira dúbia – ora vista como problema social, ora como o futuro do país – e como esse fato acabou influenciando na formulação das políticas públicas brasileiras.

Histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’. Se os jovens não se esforçam por contornar esses ‘problemas’, correm mesmo riscos de serem apelidados de ‘irresponsáveis’ ou ‘desinteressados’. Um adulto é ‘responsável’, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e provisionamento). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos. (PAIS, 1990, p. 141).

Existe a dificuldade de compreender os jovens como agentes sociais, dotados de cidadania ativa, “capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais [...]”. (ABRAMO, 1997, p. 28).

A mesma perspectiva é observada por Sposito (2003, p. 27):

A expressão ‘os jovens como problema social’ tem um estatuto diferente da noção de que as políticas públicas ocorrem quando jovens deixam de ser ‘estado de coisas’ e aparecendo como “problemas políticos”. Neste caso, tanto pode estar presente a idéia de ‘proteção’ da sociedade diante do risco iminente provocado por seus segmentos jovens, como a percepção de que os atores juvenis podem estar contemplados nas políticas como expressão de um campo ampliado de direitos reconhecidos pela democracia.

Ainda, segundo Abramo, quando a juventude é relacionada à cidadania, somente os problemas são destacados (como as drogas, a prostituição, a violência), mostrando o quanto é difícil a negociação política de seus próprios direitos.

As questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problemas (para si próprios e para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles, mesmo por que, regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos. Nesse sentido, o foco central do debate concentra-se na denúncia dos direitos negados (a partir da ótica dos adultos), assim como a questão da participação só aparece pela constatação da ausência. Ou seja, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e nunca — ou quase nunca — como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos. (ABRAMO, 1997, p. 28).

É preciso perceber as relações de poder que são entrelaçadas e reverberadas através dos discursos institucionalizados, como é o caso do discurso que mostra a juventude como uma camada considerada “frágil” da sociedade, por exemplo. Foucault acredita que esses discursos possuem influência direta na subjetividade dos indivíduos e nos desdobramentos sociais significativos, pois move a dinâmica da “máquina social”. Mais ainda:

De acordo com Golombek (2002), muitos jovens ao redor do mundo estão governando e exercitando os seus direitos, colocando em prática suas idéias e melhorando a vida dos outros. Às vezes, eles são chamados a participar da vida da sua comunidade em decorrência de situações extremas ou de sua motivação pessoal. Outras vezes, eles começam a participar em decorrência do fato de algumas sociedades e organizações mais inclusivas considerarem fundamental a participação dos jovens. No entanto, existem inúmeros obstáculos que atrapalham as ações de protagonismo juvenil que vão desde normas culturais que estão a favor de relações hierárquicas entre mais velhos e jovens, ou de situações econômicas mais extremas que fazem com que os jovens não possam participar de outras atividades a não ser as geradoras de renda. Um outro obstáculo é a falta de acesso à informação ou de julgamentos baseados apenas nas idades e não nos talentos do jovem. (LIMA, 2005, p.64).

Aquino (2009) cita duas visões ideológicas que caracterizam a juventude brasileira ao longo dos tempos e a conseqüente formulação de políticas públicas para este segmento: de um lado representa um público que passa por uma “etapa problemática”, vulnerável à drogadição e à criminalidade e que por isso, necessita de medidas de combate à desordem social que possa surgir. De outro, constitui-se como uma parcela social que necessita ser treinada para a vida adulta, de forma socialmente ajustada e produtiva.

As diversas formas de tematizar a juventude bem como as questões usualmente associadas à condição juvenil vêm orientando, com peso ora mais decisivo, ora menos, as ações direcionadas aos jovens. Tradicionalmente, essas ações se concentram nas áreas de educação e emprego – sob a perspectiva da juventude como fase preparatória para a vida – ou de saúde e segurança pública – com o viés da juventude como etapa crítica. Em geral, tais ações não se estruturaram como elementos de uma ‘política de juventude’, mas como estratégias de atuação da sociedade para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de ‘risco’. (AQUINO, 2009, p.35).

Sposito e Carrano (2003) alegam que a partir da promulgação da Constituição de 1988, a sociedade civil brasileira partiu em busca de direitos sociais e pela formulação de políticas públicas em diversos setores. No entanto:

A Constituição Brasileira previa ainda a descentralização das políticas públicas, entretanto, levando em conta, a tentativa do país de participar do novo ordenamento mundial no início de 1990, as reformas sociais terminaram tendo como vetores a focalização e a privatização preconizadas pelo neoliberalismo. O que se vê, portanto, são políticas compensatórias que contemplam circunstâncias transitórias, coletivas ou individuais, onde as pessoas em estado de absoluta carência ficam presas a uma cadeia de privações, provenientes do próprio ordenamento sócio-econômico que reduz suas chances reais de acesso a recursos que possam tornar possível saírem dessa cadeia. (SANTOS, 2004, p. 126).

A partir da década de 1990, com a acentuação da visibilidade dos problemas sociais – como as novas configurações do mercado de trabalho e o aumento da violência – foram colocadas em pauta nas agendas governamentais as demandas e a necessidade de políticas públicas para o segmento juvenil. Assim, progressivamente, a juventude passou a ser reconhecida como “sujeito de direitos” que merece políticas públicas específicas. (BRASIL, 2013).

Tomar os jovens como sujeito de direitos significa, portanto, em primeiro lugar, reconhecer a especificidade de sua condição e a singularidade da sua experiência geracional; significa também olhar suas demandas como relevantes e pertinentes ao debate público. Exige, como aconteceu no caso das crianças e adolescentes, que se vá além da ótica que apreende os jovens como risco ou problema social, assim como da perspectiva que os situa apenas como sujeitos voltados para o futuro, negligenciando a sua vida e necessidades no presente. (ABRAMO, 2006, p. 37).

Entretanto, Silva e Andrade (2009) lembram que o desenvolvimento das políticas públicas de juventude no Brasil teve baixa relevância logo no início da década de 1990 e obteve pouca repercussão na formulação de programas devido o país estar focado nas ações e mobilizações em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – promulgado em 13 de julho de 1990 – no qual as ações emblemáticas estavam voltadas para o público de 0 (zero) até os 18 (dezoito) anos. Dessa forma, os jovens maiores de 18 (dezoito) anos ficaram fora da faixa de direitos do ECA e a juventude de faixa etária¹² compreendida entre 15 (quinze) a 29

¹² O Conselho Nacional de Juventude instituiu a seguinte subdivisão etária: Jovem-adolescente: dos 15 aos 17 anos; Jovem-jovem: dos 18 aos 24 anos; Jovem-adulto: dos 25 aos 29 anos. Posteriormente, essa mesma

(vinte e nove) anos ficou associada à adolescência. Sposito e Carrano (2003, p. 5) destacam essa restrição:

Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda efetivamente vivem a condição juvenil.

No princípio, as políticas públicas de juventude, como explica Aquino (2009), mesclavam a proteção social com a promoção de oportunidades visando à integração social da juventude nas mais diversas esferas sociais, uma vez que o desemprego e a violência foram identificados como fatores de maior vulnerabilidade da juventude brasileira.

Problemas reais identificados, principalmente, na área de saúde, da segurança pública, do trabalho e emprego deram a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo, é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos ‘problemas da juventude’. [...] De qualquer modo, mesmo que não se possa falar, na esfera federal, de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, principalmente pela idéia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, ela mesma num problema para a sociedade. (SPOSITO, 2003, p. 28).

Sposito (2003) mostra que 33 programas voltados para a juventude foram lançados pelo governo federal entre 1994 e 2002. Sendo 18 específicos para a juventude, 10 abrangendo outras faixas etárias (crianças e adultos) e 5 atingindo incidentalmente a juventude. Também ressalta que inexistiram canais que promovessem o debate e a participação ativa da juventude sobre a formulação, o acompanhamento e a avaliação dessas iniciativas públicas.

A identificação dos referidos 33 Programas que incidem sobre a juventude no âmbito Federal é acompanhada também da constatação de que os mesmos não constituem uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem. Na análise do público a que se destinam os programas, pode-se dizer que existem focos fortes, médios ou de fraca intensidade, sendo distribuídos da seguinte forma: a) o foco se dirige explicitamente a adolescentes e/ou jovens (dezoito programas/projetos); b) o foco é difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos (10 programas); e c) o foco se dirige à população jovem apenas de modo incidental (cinco programas). (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 10).

Posteriormente, a partir de 2002, no Seminário Políticas Públicas de Juventude, promovido pela ONG Ação Educativa, ocorreu um movimento em prol da compreensão dos jovens como “sujeitos de direitos”, por parte das organizações juvenis. Uma grande discussão entre o Poder Público, Organizações não-governamentais (ONGs), fundações empresariais,

representantes de movimentos sociais, pesquisadores e a sociedade civil foi iniciada para debater a relevância da temática da juventude e, conseqüentemente, o ingresso da mesma na pauta das políticas públicas. Era urgente a necessidade de se instaurar uma política de juventude no Brasil.

O debate trouxe visibilidade nacional para a juventude, o que culminou, no ano de 2004, na instauração de uma Política Nacional de Juventude¹³. Já em 2005, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude – vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República e responsável pela formulação e implementação das políticas públicas para a juventude, além da articulação dos diversos programas voltados à juventude com os demais órgãos do governo federal – e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) – órgão consultivo e propositivo com o objetivo de auxiliar na articulação das ações entre a sociedade civil e o governo, além de promover o controle social das políticas públicas de juventude. Mais ainda, o debate culminou em outras iniciativas:

Entre as iniciativas mais importantes nesse período, destacam-se as seguintes: *i*) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates – conferências regionais – em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; *ii*) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; *iii*) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; *iv*) encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 4.529/2007); e *v*) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros. (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 49-50).

Entidades representativas da juventude buscavam convencer o poder público de que a juventude é uma parcela da sociedade que possui demandas e problemas específicos e que em nada adiantava percebê-la apenas como um problema social a ser combatido. Até então, vale observar que as ações destinadas ao público juvenil atuavam somente na tentativa de enfrentar os denominados “problemas da juventude”.

¹³ Implementada no Brasil desde 2005, a Política Nacional da Juventude visa fornecer diretrizes para a implementação das políticas públicas de juventude. Algumas ações realizadas foram a aprovação e promulgação em julho de 2010, da PEC 042/2008, conhecida como a PEC da Juventude, foi transformada na Emenda Constitucional 65, inserindo o termo "jovem" no texto constitucional, no capítulo dos “Direitos e Garantias Fundamentais”, a exemplo do que já ocorria com a criança, o adolescente e o idoso. E a criação do Estatuto da Juventude, que reconhece em lei os direitos juvenis e divide a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis, virou a lei nº 12.852/2013, em 5 de agosto de 2013. Fonte: <<http://www.juventude.gov.br/politica>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

Prevaleram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho. (SILVA; ANDRADE, 2009, p.49).

Foi realizado um diagnóstico na época da elaboração da Política Nacional de Juventude que identificou outras demandas destinadas aos jovens que deveriam estar nas pautas das formulações das políticas públicas, tais como: o acesso à educação de qualidade; combate à violência; a erradicação do analfabetismo; a preparação para o mundo do trabalho; a geração de renda; a promoção da vida saudável; a democratização do acesso ao lazer, ao esporte, à cultura e à tecnologia da informação; a promoção dos direitos humanos; o estímulo à cidadania e à participação social; a melhoria da qualidade de vida dos jovens do meio rural e nas comunidades tradicionais.

[É] preciso reconhecer que no Brasil, desde 2005, vários esforços têm sido feitos no sentido de elaborar parâmetros e descobrir caminhos que permitam a construção de uma *Política Nacional de Juventude*. A Secretaria Nacional de Juventude tem feito constantemente apelos para que os diferentes ministérios, no planejamento e na execução das políticas setoriais, considerem as singularidades do público jovem, levando em conta suas estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos –, assim como tem buscado parcerias com instituições de pesquisa e planejamento para o tratamento e a desagregação das informações estatísticas oficiais disponíveis, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a juventude brasileira. (NOVAES, 2009, p. 21).

Em 2007, o Governo Federal, através de cinco ministérios, desenvolveu seis programas emergenciais destinados à juventude excluída do mercado de trabalho, com poucos anos de estudo e com pouca ou nenhuma qualificação profissional. São eles, conforme Silva e Andrade (2009, p. 52):

[...]ProJovem – Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã – ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Agente Jovem – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Escola de Fábrica – Ministério da Educação (MEC); e Saberes da Terra – Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esses programas tinham em comum a atenção para ampliação da escolaridade e formação profissional e o repasse de diferentes auxílios financeiros aos jovens, como contrapartida de sua participação nas atividades oferecidas. Entretanto, a execução e a gestão destes não se davam de forma integrada e coordenada, sendo que nenhum tinha capacidade de atender universalmente todos os jovens considerados excluídos e que, portanto, eram público-alvo dos programas.

A partir de 2009, foram adicionados mais sete eixos temáticos às políticas públicas de juventude desenvolvidas a nível federal, são eles: escolaridade, qualificação profissional e cidadania (PROJovem, Soldado Cidadão, Jovem Aprendiz, Programa Nacional da Educação Profissional com a Educação Básica); educação – Ensino Médio e Superior (Programa

Universidade para Todos (PROUNI), Projeto Rondon); financiamento e crédito rural (Programa Nossa Primeira Terra, PRONAF Jovem); esporte, lazer e cultura (Programa Segundo Tempo, Programa Escola Aberta, Programa Bolsa Atleta, Pontos de Cultura); meio ambiente (Programa Juventude e Meio Ambiente); saúde (Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, Programa Saúde na Escola); segurança pública (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Programa de Redução da Violência Letal contra Jovens e Adolescentes).

Silva e Andrade (2009) apontam que esses programas acabam atuando como ações compensatórias para os jovens de baixa renda, que não tiveram acesso à educação de qualidade, desempregados e, conseqüentemente, em situação de vulnerabilidade social.

Tal estratégia pode, em um primeiro momento, responder à realidade brasileira que detém elevada proporção de jovens em situação de vulnerabilidade social. Programas dessa natureza, quando bem administrados e mantidos continuamente, podem contribuir para melhorar consideravelmente as condições de vida desta população, elevando os índices de alfabetização e de escolaridade, que podem resultar em melhor inserção no mundo do trabalho. Mas, não obstante estes resultados constituam meta altamente desejável, resumir a intervenção pública nesta população apenas a programas desta natureza não é uma solução socialmente justa e definitiva. Esta só será alcançada quando estiver assegurada, de fato, educação de qualidade conjugada a políticas de transferência de renda, habitação adequada, saneamento e acesso a serviços de saúde, cultura e lazer para todos os jovens. (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 67-68).

Outro grande avanço essencial para o reconhecimento dos direitos do segmento juvenil foi o Estatuto da Juventude¹⁴, aprovado em 2013 (Lei 12.852/2013). Ele trouxe mais voz à juventude – fortalecendo a lista de leis que garantem os direitos geracionais tais como o Estatuto da Criança e Adolescente e o Estatuto do Idoso – enfatizando a luta pela igualdade levando em conta as diversidades, a garantia de autonomia como “sujeitos de direitos”, além de mobilizar cada vez mais a participação nos diálogos intergeracionais.

Sposito e Carrano (2003) ainda apontam os dois vieses que as políticas públicas de juventude comportam até os dias atuais: algumas políticas estimulam a participação mais efetiva e democrática da juventude; já outras, ainda continuam seguindo a lógica tradicional de “cidadania tutelada”, atuando como forma de assistência ou controle do Estado.

[O] Brasil, sob o ponto de vista global optou por um conjunto diversificado de ações – muitas delas efetivadas na base do ensaio e erro – na falta de concepções estratégicas que permitam delinear prioridades e formas orgânicas e duradouras de ação institucional que compatibilizem interesses e responsabilidades entre organismos do Estado e da sociedade civil. Neste sentido, é possível afirmar que a herança deixada pelo governo incide mais sobre projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade que nos permita dizer que caminhamos na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 22).

¹⁴ Para conhecer melhor o Estatuto da Juventude: <<http://www.juventude.gov.br/estatuto>>

Sem dúvida, a inserção da temática juvenil na agenda pública e a atenção aos jovens mais socialmente vulneráveis concedeu um aparato institucional no campo das políticas públicas, porém, eis que surge um desafio maior:

[O] desafio que está colocado para o país hoje é o de ampliar consideravelmente o escopo da Política Nacional de Juventude, de modo que esta possa beneficiar com efetividade *todas as juventudes* brasileiras. A aceleração da aprendizagem, a transferência de renda e a qualificação profissional, como frentes de atuação emergenciais para favorecer a inserção dos jovens no mercado de trabalho, não devem restringir os objetivos de uma política nacional para jovens, tendo em vista o cenário de demandas multiplicadas, em que o trabalho tal como tradicionalmente concebido perde força como mecanismo central de inserção social dos indivíduos. Ainda assim, é fundamental aprimorar a gestão das iniciativas existentes, para resolver problemas como as superposições ou a ausência de coordenação e integração entre estas e garantir chances de maior efetividade. (AQUINO, 2009, p. 36-37).

Vale refletir se além de oferecer ações inclusivas na sociedade brasileira, tão cheia de contradições sociais, as políticas públicas estão estimulando o empoderamento da juventude, buscando torná-los protagonistas de sua realidade.

Apresenta-se, portanto, a perspectiva do empoderamento, conceito ora compreendido como processo de inserção nos processos de produção e apropriação de conhecimento e de transformação da realidade, por meio da ação, dos sujeitos que, por algum motivo, se encontram excluídos ou impossibilitados de agir em alguma dimensão de suas vidas. (VIEIRA et al, 2009, p. 6).

Por isso, existe a necessidade de buscar nas políticas públicas estratégias que forneçam subsídios para a participação e o empoderamento real da juventude, fatores que consistem na constituição da cidadania plena, na participação política, na garantia de direitos e na concessão de oportunidades para as juventudes.

É necessário ampliar os canais de participação na esfera pública criando condições para que as relações entre Estado, sociedade e juventude sejam problematizadas. A juventude, através de suas organizações, deve criar formas de articulação e defesa de relações políticas – regras, formatos institucionais, representações – calcadas no respeito aos tempos e espaços juvenis. Isso requer criar mecanismos de pressão e capacidade político-organizativa suficiente para atuar nos tempos e espaços das instituições do mundo adulto. (LEÃO, 2004, p. 131).

1.2 A Institucionalização das Políticas Públicas de Juventude

Desde os anos 1990, quando foram iniciados os debates que conferiram uma inserção maior da questão da juventude nas agendas políticas, a institucionalização foi cogitada como forma de avanço na luta pela garantia dos direitos juvenis. Essa institucionalização significa dizer que: “as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos,

programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 26).

Ressalta-se que o caráter institucional também denota uma luta pela organização das ações mais perenes em forma de políticas de Estado, com uma constância maior que as políticas de governo, que possuem duração de um mandato.

[...] fazer com que essas políticas sejam incorporadas pela estrutura do Estado, para que, ao invés de políticas de governo, muitas vezes transitórias, se organizem como políticas de Estado. Contudo, é importante destacar que institucionalizar uma política é muito mais do que lhe dar permanência no tempo. Mais do que uma estratégia de participação de um governo, trata-se de compreendê-la enquanto direito de milhões de pessoas e, portanto, enquanto dever do Estado, que assim deve dispor de instrumentos que efetivem este direito. (BRASIL, 2011, p. 97).

Buscando garantir o avanço do fomento institucional das políticas públicas de juventude, a Cartilha de Políticas Públicas de Juventude (BRASIL, 2013), elaborada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), aponta que é preciso que o órgão gestor de Políticas Públicas de Juventude demonstre capacidade de articulação entre as secretarias de governo, a sociedade civil e poderes Legislativo e Judiciário; disponha de dotação orçamentária específica para a juventude e elabore um plano de ação juntamente com um organograma para suas ações técnicas e políticas.

Também é necessário que o órgão gestor reúna três atribuições primordiais para o fortalecimento das políticas públicas: como formulador, deve conhecer as especificidades e demandas da juventude, propondo e atualizando as iniciativas; como articulador, deve estabelecer o diálogo intergovernamental contínuo, considerar a participação social – através da criação de um Conselho de Juventude¹⁵ –, além de realizar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas. Por fim, como executor das políticas públicas, deve gerir as políticas em andamento. (BRASIL, 2013).

A exemplo do Ceará existe o Conselho Estadual de Juventude do Ceará (Conjuce), criado em 2007, é um órgão de caráter consultivo que está atrelado ao Gabinete do Governador (GABGOV), dentro da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (Cojuv).

Com relação às Políticas Públicas para a Juventude, o GABGOV gerencia o Programa de Gestão e Desenvolvimento de Políticas para a Juventude que contempla ações desenvolvidas em diversos órgãos estaduais, tendo como expoentes os Programas Primeiro Passo, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente, E-Jovem e a Construção das Praças da Juventude. Neste sentido, o Gabinete do

¹⁵ A instituição dos Conselhos de Juventude, baseados no Conselho Nacional de Juventude (Conjuce), se faz necessária para fomentar o debate além de garantir a transparência e um melhor controle do andamento das políticas públicas de juventude pela sociedade civil.

Governador mantém diálogo com as demais Secretarias e vinculadas, além de contar com o apoio decisivo da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República. (CEARÁ, 2013d, p. 172).

De acordo com a Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, o Conjuce visa elaborar e planejar as políticas públicas de juventude; monitorar e avaliar a execução das mesmas e promover a articulação interinstitucional nas esferas federal, estadual e municipal.

Os conselhos são canais de participação política, de controle público sobre a ação governamental, de deliberação legalmente institucionalizada e de publicização das ações do governo. Dessa forma, constituem espaços de argumentação sobre (e de redefinição de) valores, normas e procedimentos, de formação de consensos, de transformação de preferências e de construção de identidades sociais. Têm poder de agenda e podem interferir, de forma significativa, nas ações e metas dos governos e em seus sistemas administrativos. Os conselhos, como espaços de formação das vontades e da opinião, são também mecanismos de ação, que inserem na agenda governamental as demandas e os temas de interesse público, para que sejam absorvidos, articulados politicamente e implementados sob a forma de políticas públicas. Portanto, mais do que um canal comunicacional para ressonância das demandas sociais, os conselhos possuem dimensão jurídica e têm poder de tornar efetivos as questões, os valores e os dilemas vivenciados no espaço da sociedade civil. (CARNEIRO, 2002, p. 280).

Composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, o Conjuce é constituído de 29 (vinte e nove) membros titulares, e seus respectivos suplentes, indicados pelo Governador do Estado, a saber: 09 (nove) representantes do Poder Público, 02 (dois) jovens atendidos por programas de juventude executados pelo Governo do Estado e 18 (dezoito) representantes da sociedade civil.

Já a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude do Governo do Estado do Ceará (Cojuv), instituída também em 2007, é responsável por desenvolver, executar e coordenar políticas públicas voltadas para os jovens cearenses. No momento, suas ações estão concentradas na atuação do PROJovem nos municípios cearenses e nos debates a respeito da implantação do Estatuto Estadual da Juventude do Ceará.

No âmbito municipal, a Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ), criada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, em 2007, assessora, planeja e acompanha a execução das políticas públicas voltadas aos jovens fortalezenses. Também atua como órgão consultivo, promovendo plenárias e debates, estimulando a participação do controle social das políticas públicas de juventude, além de manter a articulação do município de Fortaleza com os níveis Federal e Estadual acerca das Políticas Públicas de Juventude.

No que diz respeito à institucionalização das ações voltadas para a juventude cearense, surge o projeto de lei nº 109/2013 que estabelece o Estatuto Estadual da Juventude do Ceará¹⁶. A lei dispõe a respeito dos direitos dos jovens como alavanca de desenvolvimento

¹⁶ Vide Estatuto Estadual da Juventude do Ceará: < <http://www.transparencia.ce.gov.br/content/pagina->

sociocultural e econômico, das diretrizes e princípios das políticas públicas de juventude no Ceará, além de fundar o Sistema Estadual de Juventude e as formas de uso do Fundo Estadual de Juventude. A discussão sobre o Estatuto foi fomentada pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude do Governo do Estado do Ceará (COJUV), Conselho Estadual de Juventude, Assembleia Legislativa e Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE).

Sobre a caracterização das Políticas Públicas de Juventude, o Estatuto estabelece três modelos que caracterizam as Políticas Públicas, a saber: a) Políticas de Transição – assegurando os direitos fundamentais dos jovens em sua transição para a vida adulta; b) Políticas de Compensação – visando reparar os danos históricos causados à juventude ao longo dos tempos; c) Políticas Afirmativas – buscando combater a discriminação e as desigualdades de oportunidades sofridas pela juventude, essas políticas adotam medidas especiais, de cunho temporário ou não, determinadas ou tomadas pelo Estado.

Como exemplos de ações governamentais voltadas para a juventude cearense que contam com a participação das diversas secretarias de governo na sua execução, destacam-se:

a) Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS): PROJovem Trabalhador/Juventude Cidadã, Programa Primeiro Passo, Juventude Empreendedora, Projeto Transformando Vidas, Escola de Vida, Sabor e Arte, CE- Jovem Aprendizagem em Serviço, Projeto Criando Oportunidades;

b) Secretaria da Educação (SEDUC): Projeto e-Jovem, Educação Profissional, Atleta na escola;

c) Gabinete do Governador, através da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (Cojuv): PROJovem Urbano;

d) Secretaria do Esporte (SESPORTE): Viva +, Programa Segundo Tempo;

e) Secretaria de Cultura (SECULT): Agentes de Leitura, Jardim de Gente;

f) Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE): Universidade do Trabalho Digital ofertando cursos na área de Tecnologia da Informação (TI).

Depois de exemplificar como as políticas públicas são implementadas, as seções a seguir expõem algumas iniciativas de políticas públicas no âmbito da qualificação profissional da juventude e da inclusão digital, as duas vertentes que abrangem o objeto desta pesquisa: o Projeto e-Jovem.

1.3 Políticas públicas de qualificação profissional para a juventude

Segundo Goes (2011, p. 13), “as diversas esferas de governo têm lançado um conjunto de políticas e projetos que estariam visando minimizar o quadro de desemprego na perspectiva da inclusão social.”

No que se refere às políticas públicas voltadas para a questão do emprego, podemos dividi-las em políticas ativas e passivas. As políticas ativas destinam-se à promoção do emprego, ao aumento da empregabilidade da força de trabalho, assim como à reforma da legislação, visando facilitar e estimular a criação de empregos e atividades de geração de renda. Constituem-se principalmente do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). As políticas passivas visam à proteção do trabalhador desempregado e se constituem basicamente, no caso brasileiro, no instituto do seguro-desemprego. (CARMO, 2003, p. 50-51).

Para isso, as políticas de emprego para jovens atuam das seguintes maneiras:

A primeira é preparar o jovem para fazer a transição, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho. A segunda é, ao contrário, prolongar a sua escolarização, o que eventualmente redundaria em desincentivar sua entrada no mercado de trabalho [...] Um terceiro tipo de intervenção é aquele que visa regulamentar a participação dos jovens no mercado de trabalho e conciliá-la com a continuidade dos estudos. (GONZALEZ, 2009, p.120).

Um exemplo de Política Pública de Qualificação Profissional a nível nacional é o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), desenvolvido desde 2003, pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE em parceria com estados, municípios e entidades sociais, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Plano busca promover a qualificação profissional como uma forma de aumentar as possibilidades de obtenção de emprego e de inclusão social, assim como diminuir a pobreza e a vulnerabilidade social. Seu público-alvo é composto por indivíduos vulneráveis tanto economicamente quanto socialmente, tais como trabalhadores de baixa renda, desempregados de longa duração, afrodescendentes, mulheres, portadores de deficiência e jovens.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) entende a qualificação profissional não apenas como um processo educativo baseado somente na transmissão de conceitos técnicos, mas também trabalha com a vertente do desenvolvimento econômico através da geração de emprego e renda, enfatizando o trabalho como um direito social e que, portanto, deve ser encarado como uma política pública. Além disso, a qualificação seria um ingresso para a inserção digna no mundo do trabalho e para a consequente atuação cidadã, gerando um impacto na vida dos trabalhadores e para isso, se faz necessária a atuação das ações de

qualificação articuladas com outras políticas ligadas ao emprego, à educação e à geração e distribuição de renda.

O nexos entre trabalho, educação e desenvolvimento, no âmbito das Políticas Públicas de Qualificação, pressupõe a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável; a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento. Possibilita com tudo isso a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população. (BRASIL, 2003, p. 25-26).

Outra iniciativa de qualificação profissional a nível federal é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), através da Lei nº 12.513/2011. O Pronatec oferta cursos técnicos e profissionalizantes para o nível médio e cursos de formação inicial e continuada para os trabalhadores.

Voltado diretamente para a juventude, uma das ações de qualificação profissional combinada com a elevação da escolaridade e promoção da participação cidadã é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJovem¹⁷. Começando a operar em 2008, o público-alvo foi delimitado entre jovens de 18 a 24 anos que não tinham concluído o ensino fundamental.

Mais dois programas são direcionados à capacitação voltada para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, independente da escolaridade, são eles: o Soldado Cidadão (desenvolvido pelo Ministério da Defesa) – oferecendo formação técnica para jovens recrutas – e o Jovem Aprendiz (desenvolvido pelo MTE) – que concede a aprendizagem e execução de uma profissão para jovens entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos através do contrato de aprendizagem firmado entre instituição de ensino e empresas.

Também se destaca a atuação da Lei de Estágio (Lei nº 11.788/2008), que firma um termo de compromisso profissional entre a empresa contratante e o estudante regularmente matriculado em uma instituição de ensino superior, de cursos profissionalizantes de nível médio, educação especial ou de modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Gonzalez (2009) assinala que as atuais políticas de geração de emprego para a juventude – tais como: formação profissional, programa de crédito (estímulo ao empreendedorismo juvenil) e de incentivo à contratação juvenil (através do contrato de aprendizagem) – delineiam um quadro desafiador: a inserção da juventude no mundo do

¹⁷ Denominado primeiramente por Programa Nacional do Primeiro Emprego, da lei nº 10.748/2003, que posteriormente foi prorrogado pela lei nº 11.692, de 2008, que institui o PROJovem Integrado, unificando os seguintes programas: ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm#art24>. Acesso em: 10 mar. 2014.

trabalho ocorre de maneira difícil, pois o jovem está numa posição entre a saída do ambiente escolar e o ingresso no mercado de trabalho, o que torna esse grupo etário desfavorecido pelas condições restritivas de emprego e pela dificuldade na contratação, sem contar que existe também a falta de escolarização e as desigualdades de renda das famílias.

1.4 Políticas públicas de inclusão digital no Brasil

Mattos e Chagas (2008) evidenciam a necessidade de ampliação da inclusão digital no Brasil através das políticas públicas, garantindo a democratização no acesso aos recursos das TICs e a expansão da oferta de *internet* para a maior parte da população brasileira, tornando possível a equiparação de oportunidades e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Diante desse contexto, para que o Brasil obtenha avanços no campo da inclusão digital tornam-se necessárias decisões consubstanciadas através de políticas públicas abrangentes e efetivas, que signifiquem, de fato, políticas de Estado e não de Governo. Importante também destacar a necessária intersetorialidade da área e a frequente articulação entre as diversas políticas públicas que a implantação de programas dessa natureza exige. (SOUZA, 2009, p. 2).

Conforme Souza (2008, p. 18) a maioria dos programas de inclusão digital subordinados aos órgãos federais, municipais, estaduais, além de iniciativas ligadas ao terceiro setor e ao segmento empresarial “se responsabilizam por implantar, acompanhar, avaliar, promover e utilizar a informação como um fator determinante no agir comunicativo do cidadão para a inclusão social e digital”.

É desafiador para as políticas públicas de inclusão digital no Brasil expandir o acesso às novas tecnologias com qualidade e de maneira gratuita e democrática. Por exemplo, o campo da inclusão digital lida com percalços no tocante à demografia (quantidade de pessoas) e à geografia (extensão territorial), Bezerra (2012, p. 14) aponta alguns dados:

De acordo com estudo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (BRASIL, 2010), em 2005, apenas 17% dos domicílios brasileiros em área urbana possuíam um computador, percentual que cresceu em 2010 para 36%. No caso de uso da *Internet*, o salto foi de 13% para 27% no mesmo período. Em números totais, mais de 18 milhões de lares brasileiros possuem um computador para uso familiar atualmente e, desse total, 13,5 milhões acessam a *Internet*. Entretanto, o acesso e uso da rede concentram-se nas classes sociais com maior poder aquisitivo e maior nível educacional. Ou seja, os resultados da pesquisa reforçam o cenário no qual a exclusão digital acompanha a exclusão social. Por mais que haja esse crescimento expressivo na democratização do acesso a *Internet*, ainda assim, os indicadores revelam grandes desafios para o Brasil. Em primeiro lugar, 55% da população, que representam mais de 90 milhões de pessoas, continuavam sem acessar a *Internet* em 2009. Em segundo lugar, a frequência de acesso é muito mais baixa nas regiões Norte e Nordeste – 30% da população nessas regiões acessou a *Internet* nos últimos

três meses, contra 45% no Sudeste e 43% no Sul – e especialmente nas pequenas cidades e nas zonas rurais – onde apenas 18% de pessoas acessaram a *Internet* nos últimos três meses, contra 43% nas áreas urbanas (indicadores de 2009). Além disso, o preço do acesso à *Internet* ainda é muito alto, especialmente em pequenas cidades e zonas rurais, onde não existe competição entre as grandes operadoras.

Afonso (2007) salienta algumas estratégias que devem ser aprimoradas pelo governo brasileiro para que a utilização das TICs alavanque o desenvolvimento das políticas públicas de inclusão digital no país, são elas: a) Garantir conectividade de qualidade de alta velocidade para todos os municípios (*internet* via fibra óptica ou via rádio digital); b) Melhorar as iniciativas locais que utilizam as redes de inclusão digital tais como: telecentros comunitários, prefeituras e escolas; c) Reduzir custos de conexão; d) Evitar o monopólio das empresas fornecedoras de *internet* banda larga; e) Conectar todas as escolas públicas à *internet* banda larga; f) Promover o uso da *internet* nos serviços públicos como saúde, educação, segurança, além de usar um sistema que garanta a interoperabilidade entre as instituições públicas; g) Reduzir a dependência dos *softwares* proprietários para reduzir custos; h) Universalizar a utilização das novas tecnologias e não somente oferecer os equipamentos aos cidadãos; i) Incrementar o uso das TICs para o desenvolvimento da população brasileira, de forma plural e idônea.

Afonso (2007) demonstra que é preciso encarar as políticas públicas de inclusão digital como investimentos e não como custos, uma vez que estas são essenciais para o desenvolvimento da população brasileira e da economia nacional. O autor também cita algumas ações de inclusão digital no Brasil:

Considere-se ainda que há muitas iniciativas que nasceram dos governos, das ONGs, do setor privado, e mesmo da academia, muitas delas tendo contribuído para pelo menos servir de exemplo de boas práticas para uma estratégia abrangente. Pode-se citar, entre outras: telecentros nas comunidades mais carentes; conectividade subsidiada via satélite (GESAC) para escolas, serviços públicos e telecentros; iniciativas exemplares de municípios digitais (Sud Mennucci, Pirai e outras); extensos programas de eletrificação por painéis fotovoltaicos em escolas rurais (PRODEEM); implantação de uma política de governo que prioriza padrões abertos e software livre; ações de e-governo a níveis federal e estadual, inclusive serviços online, padronização e interoperabilidade de sistemas (arquitetura e-PING); consolidação de uma extensa e avançada rede nacional de ensino e pesquisa (RNP); sistema de governança da Internet no país pluralista, transparente e considerado mundialmente como uma referência de eficácia e qualidade. (AFONSO, 2007, p.47).

De acordo com Joaquim (2009), no âmbito de governo federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia¹⁸, foram mapeadas ações de inclusão digital no Brasil que basicamente seguiam três eixos: a) cidadania e desenvolvimento humano; b) desenvolvimento econômico e c) inclusão social de grupos discriminados. O autor também nota que algumas

¹⁸ Vide: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/42303.html>>

ações vêm sendo executadas no tocante à disseminação do uso do *Software* Livre, implantação de Telecentros e à informatização das escolas públicas.

Já o Ministério da Educação (MEC) possui o Portal da Inclusão Digital¹⁹, que reúne informações sobre este tema no Brasil e onde consta o Mapa de Inclusão Digital (MID), apontando programas e projetos de inclusão digital destinados aos mais diversos setores da sociedade, além de destacar os números de pontos de inclusão digital (PIDs) oferecidos por aqueles. Segundo este mapa, com dados coletados entre 2007 e 2008, o Estado do Ceará conta com 1.471 PIDs e com 36 programas.

Ainda sob a coordenação do MEC, a Secretaria da Educação a Distância (SEED)²⁰, criada pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996, promove a incorporação das TICs aos processos de ensino e aprendizagem, além de reunir conceitos e práticas de educação a distância desenvolvidos nas escolas públicas brasileiras, tais como: Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo)²¹, Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)²² e o Programa Um Computador por Aluno (Prouca)²³.

O decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, extinguiu a Secretaria da Educação a Distância (SEED) e suas ações foram transferidas para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

A SECADI age em consonância com a orientação pedagógica utilizada na implementação de políticas públicas de educação para jovens de 18 a 29 anos. Atua em colaboração com outros sistemas de caráter público de ensino visando a ampliação da elevação da escolaridade da juventude, bem como a sua qualificação profissional e formação de uma postura cidadã. Sua atuação compreende também a análise de dados qualitativos e quantitativos obtidos pelo Censo Escolar, PDE Escola (Plano de Desenvolvimento da Escola), PDE Interativo e PNAD-IBGE.

¹⁹ Vide: < <http://inclusao.ibict.br/>>

²⁰ Vide: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=356>

²¹ Proinfo: Programa Nacional de Tecnologia Educacional criado pelo MEC, para promover o uso das Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio, para facilitar o ensino e fomentar a inclusão digital. A partir do decreto nº 6300/2007, passou a se chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional.

²² PBLE: Programa Banda Larga nas Escolas. Lançado em 2008, pelo Governo Federal, tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à *Internet*, na tentativa de incrementar o ensino.

²³ PROUCA: Baseado no programa americano *One Laptop per Child*, tem por objetivo promover a Inclusão Digital por meio da distribuição de um computador portátil para cada aluno e cada professor da educação básica em escolas públicas, também facilita a compra de computadores portáteis através de Pregão eletrônico realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Importante assinalar a atuação do Ministério das Comunicações através do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que pelo decreto n.º 7.175/2010, objetiva popularizar o acesso à *internet* em banda larga no país, principalmente para os usuários pertencentes às regiões mais carentes. Outra iniciativa de ampliação e modernização dos serviços em tecnologia é o Programa Cidades Digitais, sendo este incorporado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal em 2013.

A nível estadual pode-se citar a atuação do Programa Ceará Digital através da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE) em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará (SEBRAE-CE). O Programa é desenvolvido pela iniciativa denominada Corredores Digitais, sendo esta composta pelos projetos Agentes Digitais e Incubadoras de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Essas iniciativas – em parceria com as prefeituras municipais – estimulam a capacitação digital e o desenvolvimento de negócios em TIC protagonizados por jovens das escolas públicas, através da técnica de incubação de empresas.

Destaca-se também a atuação da Universidade do Trabalho Digital (UTD)²⁴, em Fortaleza, que atualmente, oferece aos jovens capacitações profissionais em Iniciação ao *Software* Livre, utilização da *internet* e em Informática avançada, tais como: PHP, Design Gráfico, Java, Linux Avançado e Conectividade e Segurança da Informação.

Outro exemplo é o Cinturão Digital²⁵ como uma iniciativa de melhoria da infraestrutura tecnológica do Governo do Estado do Ceará, via cabos de fibra ótica, que busca conferir banda larga, serviços digitais e inclusão digital para cidades do interior do Estado, além de auxiliar no desenvolvimento econômico local.

Bezerra (2012, p.15) afirma que essas iniciativas estão ganhando destaque no cenário do fomento à inclusão digital:

Os resultados da pesquisa do Banco Mundial fortalecem as ações dos Governos Federal do Brasil e Estadual do Ceará na implantação de políticas de Banda Larga. O Governo Federal está implantando o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que visa fornecer acesso a *Internet* de baixo custo e alta velocidade a todos os municípios do País. Na esfera estadual, o Ceará está implantando o Cinturão Digital, que tem como objetivo prover banda larga a 82% da população urbana do Estado, contribuindo para evolução de serviços como telemedicina, segurança eletrônica e, principalmente, educação a distância. Assim, se a previsão do Banco Mundial se confirmar, o Brasil terá um aumento considerável em seu PIB, ocasionando impactos positivos na economia.

²⁴ Fonte: < <http://www.sct.ce.gov.br/index.php/acoes-e-projetos-inc/universidade-do-trabalho-digital>> . Acesso em: 16 jul. 2014.

²⁵ Vide: <<http://www.etice.ce.gov.br/index.php/o-projeto>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

O Projeto e-Jovem ao capacitar a juventude cearense em TICs também auxilia o desenvolvimento do Cinturão Digital, pois forma mão de obra especializada para trabalhar com as novas tecnologias e incrementa o cenário de inclusão digital no Ceará.

Ou seja, o Projeto e-Jovem foi pensado como uma das ações integrantes do Cinturão Digital, uma vez que ao aumentar o acesso da população cearense aos serviços digitais, faz-se necessário capacitar os usuários para o usufruto dessa tecnologia.

O Cinturão Digital do Estado integrará outros projetos do Governo. O e-Jovem, a digitalização da TVC, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, a automatização de postos da Secretaria da Fazenda (Sefaz), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal, são exemplos de projetos beneficiados com o Cinturão Digital. A iniciativa lança as bases para vários projetos de Educação a Distância, atração de novas empresas de base tecnológica, fornecimento de laboratórios e recursos computacionais para uso da população e muitos outros. (CEARÁ, 2009, p.50).

2 TRAJETÓRIA DO PROJETO e-JOVEM COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA GOVERNAMENTAL DO ESTADO DO CEARÁ

Este capítulo descreve a atuação do Projeto e-Jovem como uma ação governamental que empreende qualificação profissional em TICs e que visa à inclusão sócio-digital dos jovens cearenses.

2.1 O que é o Projeto e-Jovem

O Projeto e-Jovem é um curso desenvolvido pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), desde 2007, que fornece qualificação profissionalizante em informática para estudantes e egressos (aqueles que já concluíram o ensino médio) da rede de ensino público estadual. Os princípios básicos da formação continuada, do protagonismo e empreendedorismo juvenis e da qualificação profissional, possibilitando melhores condições de inserção no mundo do trabalho e geração de renda para a juventude cearense são trabalhados em sua proposta pedagógica.

O e-Jovem enquadra-se nas iniciativas que enfatizam a profissionalização como uma oportunidade de levar formação em Tecnologia da Informação para os jovens do Estado do Ceará e o desenvolvimento de competências que ampliam a possibilidade de inserção da juventude no mercado de trabalho.

Além de oferecer a oportunidade de aprender as técnicas necessárias a determinado tipo de emprego, os cursos de formação profissional também realizam certa socialização do jovem no mundo do trabalho; por exemplo, eles são com frequência a instância em que os jovens têm contato com as primeiras noções de direitos e deveres em uma relação de trabalho. O próprio fato de ter concluído um curso de formação profissional – para além dos conhecimentos efetivamente incorporados – pode ser visto pelos empregadores como um sinal positivo, denotando ‘esforço’, ‘responsabilidade’ etc. Em suma, há razões para crer que a oferta de oportunidades de formação profissional pode, sob certas condições, facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho, ao minimizar alguns aspectos que o desfavorecem frente aos demais trabalhadores. (GONZALEZ, 2009, p. 121).

O curso abrange 1.280 horas/aula, possuindo a duração total de 1 ano e 6 meses e é dividido em dois módulos com metodologia semipresencial de educação a distância (EAD), esta, por sua vez, vem “modificando todas as formas de ensinar e aprender, inclusive as

presenciais [...] flexibilizando a necessidade de presença física, reorganizando os espaços e tempos, as mídias, as linguagens e os processos.” (MORAN, 2002, p.1).

A certificação é expedida pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), em parceria com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), com carga horária de 400 horas/aula. Os critérios para certificação são: 75% de frequência no curso (no mínimo), ter atingido média mínima de seis (6,0) nas avaliações de cada disciplina e ter realizado todos os trabalhos propostos, sejam estes individuais ou em grupo. (CEARÁ, 2013a).

Em ambos os módulos, as aulas têm duração de 4 horas em encontros semanais nos laboratórios de informática das instituições de ensino credenciadas ao Projeto. Os alunos interagem com um educador (no módulo 1) e com um instrutor (no módulo 2) em sala de aula como agente facilitador da aprendizagem e todos os conteúdos e materiais de apoio são dispostos em ambientes de aprendizagem Moodle, isso porque:

Com a implementação da plataforma de aprendizagem do projeto no sistema Moodle, o projeto concretiza sua filosofia do uso de softwares livres, cujo código-fonte é disponibilizado para permitir o uso, a cópia, o estudo e a redistribuição. No mais, por se tratar de uma (sic) software livre, não há custos para sua utilização, sem falar que a equipe que forma o projeto tem toda autonomia para sua reestruturação, inserção de conteúdos, ajustes, relatórios, acompanhamento e administração do conteúdo de maneira geral, além de ser desenvolvida pelo próprio projeto com conteúdo licenciado em “*Criative Commons*”, ou seja, licença livre para distribuição de conteúdos. (CEARÁ, 2013a, p. 38).

No módulo 1 (MDI) – com carga horária de 400 h/aula e duração de 6 meses – são enfatizadas a qualificação social e a inclusão digital. São reforçadas as linguagens básicas, distribuídas em conteúdos vistos no ensino médio, como informática básica com ênfase no *Software* Livre (Sistema Operacional Linux), inglês instrumental e conteúdos transversais de português, matemática e raciocínio lógico.

É iniciado no módulo 1 o contato dos jovens com o mundo do trabalho, reforçando o empreendedorismo, a empregabilidade e a prática para a realização de projetos sociais com o conteúdo de Preparação para o Trabalho e Práticas Sociais – PTPS.

É importante aproveitarmos a oportunidade para relatarmos os projetos sociais que os alunos do e-Jovem são convidados a desenvolverem a partir da disciplina de Preparação para o Trabalho e Prática Social – PTPS, do módulo I, como atividade integradora junto à comunidade local, no sentido de desenvolverem projetos nas mais diversas áreas, sejam elas de cunho socioeconômicos, ambiental, direitos humanos, gênero, inclusão social de minorias, ou desenvolvimentos de trabalhos de conscientização social, dentre outros. Projetos esses que são desenvolvidos pelos próprios alunos, geralmente com a orientação de algum especialista da respectiva área trabalhada, na qual os alunos desenvolvem um plano de ação, com objetivos, ações, orçamento, parcerias e outros aspectos estruturantes. (CEARÁ, 2013b, p. 34).

O módulo 2 (MDII) oferece durante 1 ano e com carga horária de 880 h/aula, formação profissionalizante em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), através dos

conteúdos: *Software Livre*, Suporte a *Hardware* e Redes, Criação e Manipulação de Imagens, Desenvolvimento *Web*, *Java Script*, Banco de dados, Sistema de Gerenciamento de Conteúdo, Inglês Técnico e Empregabilidade/Empreendedorismo, este em parceria com o SEBRAE (Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas do Ceará). Ademais, os alunos são contemplados com bolsas de estágio com duração de seis meses, na tentativa de pôr em prática os conhecimentos adquiridos.

O estágio, de 400 horas, possibilitará aos educandos o desenvolvimento das potencialidades individuais, incentivando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias técnicas científicas. Ele, também diminui o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, bem como incentiva o exercício da observação, do senso crítico, da criatividade e do relacionamento. (CEARÁ, 2013a, p. 36).

Como objetivo geral, o e-Jovem busca oferecer formação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação e Empreendedorismo integrada aos conteúdos do ensino médio. Dentre seus objetivos específicos, o Projeto visa, no módulo 1:

- *Oferecer formação de característica tecnológica e profissional que possibilite a qualificação do jovem nas áreas de informática, observando as políticas de softwares livres;
- *Proporcionar aos educandos oportunidade de complementação da formação escolar e desenvolvimento de suas potencialidades;
- *Desenvolver projetos de empreendedorismo social, nas comunidades e escolas inseridas, criando uma cultura de responsabilidade social. (CEARÁ, 2012, p. 8).

Já no módulo 2, o Projeto e-Jovem objetiva:

- *Assegurar a capacitação técnica e profissional, dinâmica e atualizada, despertando o interesse pela profissão;
- *Fornecer embasamento necessário à versatilidade para auto adaptação às mudanças que venham a ocorrer durante o desempenho de suas atividades profissionais, devido às constantes transformações do mercado e à evolução das Tecnologias de Informação;
- *Capacitar o discente para o domínio de ferramentas computacionais que envolvam hardware, redes de computadores e segurança da informação, visando desenvolver atividades de manutenção preventiva e corretiva, administração de sistema operacional, planejamento e execução de um projeto de redes de computadores;
- *Capacitar o discente em suas atividades com o desenvolvimento *web* permitindo conhecimento técnico para poder criar e gerenciar sites de maneira simples e prática;
- *Capacitar o discente a conhecer recursos das linguagens gráficas e competências necessárias à criação e produção de projetos gráficos, além de aplicar na prática os conceitos de banco de dados, transações e aplicações cliente-servidor, entre outros;
- *Capacitar o discente para a elaboração e execução de planos estratégicos e táticos de aplicação da TI;
- *Capacitar o discente a conduzir projetos, programas e atividades de aplicação da tecnologia da informação com qualidade e segurança, tais como: comércio eletrônico e gestão do conhecimento;
- *Desenvolver raciocínio crítico, analítico e lógico que possa ser utilizado na formulação de soluções para problemas práticos e reais do mercado de trabalho;
- *Estimular os discentes para a fundamentação de uma visão empreendedora que possa produzir, entre outros objetivos, a geração de novas possibilidades de trabalho e, conseqüentemente, de renda. (Idem, p. 17-18).

A matrícula dos alunos do e-Jovem é realizada nas escolas/instituições que participam do Projeto. Para isso, os interessados apresentam uma declaração que comprove a sua matrícula no ensino médio na rede pública estadual (cursando o ensino médio) ou a cópia do certificado de conclusão do ensino médio (caso seja egresso), juntamente com a cópia do Registro Geral (RG) e uma cópia de comprovante de residência.

As vagas do e-Jovem são destinadas aos jovens cearenses que estão cursando o ensino médio e aos egressos da rede pública estadual de ensino. Dessa forma, o curso pode ser “concomitante com a formação científica básica do Ensino Médio, caso os educandos cursem o ensino regular ou subsequente, no caso dos egressos.” (CEARÁ, 2013a, p. 7).

O Projeto foi planejado respeitando as características sociais e culturais do alunado da última etapa da educação básica num processo educativo centrado no sujeito, abrangendo diversas dimensões e possibilitando o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando. Constitui-se também em uma estratégia que amplia o tempo de permanência no ambiente escolar, facilitando, para o jovem, a transição entre a escola e o trabalho em especial para os jovens de classes menos favorecidas e em situação de risco. (CEARÁ, 2012, p. 6).

Não há faixa etária definida para participar do e-Jovem, o que define é o nível de escolaridade de cada educando. De acordo com a pesquisa de perfil socioeconômico do participante do e-Jovem (CEARÁ, 2013b), o perfil padrão de aluno é o jovem recém-saído da escola pública, ainda sem emprego formal, morando em bairros periféricos da cidade de Fortaleza e/ou no interior do Ceará e com renda familiar de até dois salários mínimos. As idades dos alunos oscilam entre os 16 e 24 anos, havendo uma maior concentração de participantes de 16 a 18 anos, tanto na capital quanto no interior do estado. A maioria é solteira, sem filhos e mora com os pais e demais irmãos (vide anexos C e D).

Além disso, a possibilidade de obter independência financeira e de crescimento profissional foram os principais fatores motivacionais na escolha do curso. Assim, os participantes, em sua maioria, também enxergam a educação como um instrumento de transformação e mobilidade social.

Ao pesquisar junto aos alunos sobre o papel da educação dentro do processo de crescimento pessoal e profissional. Constatamos de forma bastante satisfatória que uma média de pouco mais de 96% desses estudantes, enxerga a educação como instrumento eficaz de mobilidade social, a partir da aquisição e aplicação desses instrumentos em suas atividades diárias sejam elas pessoal ou profissional. Dessa forma, percebemos por parte desses estudantes o reconhecimento da educação como ferramenta de transformação social de uma sociedade. Enxergar a educação como investimento eficaz, não é muito fácil em uma sociedade, na qual boa parte de sua população se encontra privada de várias necessidades em decorrência da ausência ou da baixa renda dos mesmos. (CEARÁ, 2013b, p. 39).

O e-Jovem foi implementado em setembro de 2007 com 12 turmas distribuídas nas escolas da rede estadual de ensino, atendendo um público de aproximadamente 200 alunos em cinco cidades cearenses: Aracoiaba, Fortaleza, Horizonte, Sobral e Tauá. Sendo cada turma composta pelo número de alunos equivalente ao dobro do número de computadores existentes no laboratório de informática reservado ao Projeto. As aulas contavam com conteúdos de Matemática, Inglês Instrumental, Português, Informática básica e Projetos Sociais.

No ano de 2008, o Projeto expandiu sua oferta para 21 turmas, onde foram atendidos 3.000 alunos em 28 cidades cearenses. Para melhorar o aproveitamento da aprendizagem, a quantidade de alunos passou a corresponder ao número de computadores nos laboratórios de informática. Na intenção de tornar jovens profissionais desenvolvedores de *softwares*, utilizando somente a linguagem de programação Java, o e-Jovem formou nove turmas de Módulo 2.

Em 2009, o e-Jovem atendeu 5.000 alunos, dando oportunidade para jovens de 50 cidades cearenses. Também houve a reestruturação nos conteúdos ministrados, a ampliação da carga horária e na grade do curso no Módulo 2. No mesmo ano, o Projeto foi validado como programa de aprendizagem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)²⁶, o que possibilitou uma maior inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Entre 2010 e 2011, o e-Jovem esteve distribuído em 169 escolas de 68 municípios. Já no ciclo de 2012 e 2013, o Projeto abrangeu 217 escolas em 105 municípios. Desde então, o Projeto vem oportunizando aos jovens uma nova perspectiva de futuro através da qualificação profissional em TIC, inclusão digital e auxiliando no desenvolvimento da economia local. Assim sendo, o Projeto já qualificou mais de 15.000 mil alunos, em 160 escolas e instituições (incluindo o Hospital de Saúde Mental de Messejana e o Instituto Cearense de Educação de Surdos), distribuídos em 105 municípios cearenses. (CEARÁ, 2013b).

Atualmente o e-Jovem foi ampliado para a rede municipal de ensino de Fortaleza, para turmas do 8º e 9º anos do ensino fundamental. Quatorze turmas foram iniciadas em maio de 2014, com carga horária dividida em três meses e quinze dias, totalizando 170h/aula e com conteúdos envolvendo informática básica e educação empreendedora.

²⁶ Através da Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000, regulamentada pelo decreto nº 5.598/2005. Celebra o contrato de trabalho especial entre a empresa e o aprendiz maior de 14 anos e menor de 24 anos. Para saber mais, vide: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem.htm>. Acesso em: 09 jun. 2014.

3 JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADA PARA O MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo expõe a importância da qualificação profissional para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta de acesso ao mundo de trabalho, haja vista que o mercado tem cada vez mais exigido habilidades com as novas tecnologias e como essa nova vertente influenciou nos direcionamentos para a implementação de políticas públicas que integram a educação profissional e o ensino médio a nível nacional e a nível estadual. Também discorre sobre os desafios enfrentados pela juventude na sua inserção no mercado de trabalho, como é estabelecido o processo de exclusão social dentro da “Sociedade da Informação” (LÉVY, 1999) e sobre a importância da inclusão sócio-digital na atualidade.

No Brasil, as mudanças nos processos produtivos e na organização do trabalho, desde o final do século XX, inauguraram um novo momento na articulação entre a educação formal e a qualificação profissional²⁷. (CARMO, 2003).

De fato, o conjunto de transformações trazidas pelas inovações tecnológicas levou à construção de um novo conceito de qualificação, baseado no novo paradigma da automação flexível, em contraposição ao modelo fordista, no qual se estabelecia uma divisão entre os conhecimentos ligados às tarefas de execução (fazer) e às tarefas de gestão (pensar). A concepção de qualificação profissional que decorre do novo paradigma exige maior articulação entre a educação geral e a qualificação profissional, integrando conhecimentos técnicos específicos e aqueles ligados ao desenvolvimento de habilidades subjetivas e intelectuais mais amplas. (CARMO, 2003, p. 26).

As transformações econômicas, o processo de privatização, intensificado nos anos 1990, além do reordenamento na estrutura de ocupação e renda dos trabalhadores, reduziram drasticamente os postos de trabalho havendo a necessidade de surgir um novo perfil de força de trabalho brasileira.

Desde os fins de 1980, com maior ênfase durante a década de 1990, constrói-se no País um debate acerca da relação entre inovação tecnológica, educação e qualificação profissional. Aponta-se que as transformações nos processos de produção e organização do trabalho, por serem decorrentes, principalmente, de um maior incremento científico e tecnológico, determinariam alterações nos conteúdos de trabalho e conduziriam à (re)qualificação da força de trabalho. As novas configurações tecnológicas, organizacionais e relacionais produziram, desse modo,

²⁷ De acordo com o MTE, a qualificação profissional pode ser entendida como formação complementar com vistas “a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.” In: <<http://www3.mte.gov.br/pnq/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

impactos não somente na dinâmica do modo de produção, mas também, diretamente, no trabalho e na educação; exigir-se-ia, de forma generalizada, ao trabalhador, mais treinamento, maior escolaridade, novos atributos, habilidades e competências. (SANTOS, 2013, p. 80).

A qualificação profissional passou a ser vista como um requisito essencial para a adequação ao modo de produção capitalista, assim, sublinha Oliveira (2011), a educação foi transferida para a esfera mercadológica e passou a ser concebida como um passaporte para a empregabilidade. Ou seja,

Ao longo de oitenta anos o Brasil conheceu um forte processo de industrialização, crescimento demográfico e urbanização. Nesse período, a força de trabalho brasileira praticamente mudou do campo para as cidades. O Brasil conectou-se cada vez mais com o mundo do capital. E, na maior parte desses anos, procurando desenvolver-se por caminhos próprios, com políticas nacionais desenvolvimentistas, onde a educação em geral e o ensino para o trabalho em particular eram vistos como instrumentos a serviço dos interesses econômicos, das necessidades imediatas das empresas. (VICTORIO, 2013, p. 58).

Souza J. (2009) esclarece que a preocupação com a empregabilidade foi ganhando espaço nas políticas públicas brasileiras e acabou associando a educação profissional como fator de geração de emprego e renda.

Nesta perspectiva, para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a empregabilidade é a “aquisição de qualificações, competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho.” (OIT, 2001, p. 7). Assim, a empregabilidade é a qualidade do empregável, e empregável é aquele que tem as condições requeridas para se manter no mercado. Portanto, as políticas públicas de geração de trabalho e renda devem contribuir de forma significativa para a empregabilidade do jovem, e não apenas para seu ingresso no mundo do trabalho. (SOARES, 2013, p. 292).

A educação assumiu o papel de elemento fundamental para acompanhar as mudanças tecnológicas e a reorganização do capital, devendo auxiliar na formação dos sujeitos para o mundo do trabalho. (LEAL, 2003).

As transformações trazidas pelas inovações tecnológicas alteram também as estratégias de qualificação dos trabalhadores. A qualificação profissional agora vai além do simples domínio de habilidades motoras e disposição para cumprir ordens e deve contemplar, acima de tudo, uma ampla formação geral e uma sólida base de conhecimentos tecnológicos. Não basta mais ao trabalhador saber realizar determinadas atividades; é preciso também conhecer como estas atividades compõem o processo produtivo, desenvolvendo a capacidade de identificar problemas e de criar soluções. Neste sentido, apresentamos o conceito de educação tecnológica, capacitando o indivíduo de formação integral, para além das questões laborais. (CARMO, 2003, p. 16-17).

As ações de qualificação profissional vêm atuando com vistas a aprimorar os conhecimentos e as habilidades exigidas para o mercado de trabalho e com isso oportunizar a conquista da vaga de emprego.

As mudanças no mundo do trabalho e seus efeitos sobre a formação do trabalhador, bem como as competências e habilidades profissionais demandadas pelas empresas reestruturadas levam à identificação de uma nova postura empresarial sobre a concepção de profissional qualificado que provocou um repensar nas políticas de

educação profissional no país, conseqüentemente, no estado do Ceará. Com relação à qualificação do trabalhador atual, indicou-se que lhe será exigido não apenas conhecimento técnico, mas também sociocomunicativo e metodológico, visto que a complexidade das atividades realizadas nos novos processos produtivos passa a exigir conhecimento amplo e habilidades generalistas. Esse fato impulsiona a reformulação das políticas de educação e formação profissional, voltadas para o desenvolvimento de condições que favoreçam a obtenção de novas capacidades e saberes por parte dos trabalhadores. (ANDRADE, 2010, p. 61 – 62 apud GOES, 2011, p. 111).

A educação profissional²⁸ como oportunidade de inserção produtiva dos indivíduos “tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior”. (BERGER FILHO, 1999, p. 88).

Para atuar neste modelo de produção flexível verifica-se, então, a emergência de um novo perfil de trabalhador, que deve, agora, possuir habilidades múltiplas, saber trabalhar coletivamente e, sobretudo, ter condições de um aperfeiçoamento constante [...] Trata-se, então, de novos requisitos que se revelam como necessários tanto para o ingresso como para a permanência no mercado de trabalho, e exigem uma maior qualificação da força de trabalho. (CARMO, 2003, p. 26).

Ou seja, a educação, numa dimensão economicista, foi tomada como fator primordial de preparo e adequação dos sujeitos às novas exigências do mundo de trabalho (LEAL, 2003).

A nova realidade no mundo do trabalho passa a exigir investimentos na educação sob a perspectiva da competência, caracterizando a qualificação profissional sob o prisma da autonomia e da responsabilidade no trabalho. As competências cognitivas e profissionais envolvem capacidades múltiplas, que incluem a articulação e mobilização de conhecimentos, atitudes, habilidades e valores no agir profissional. (ANDRADE, 2010, p. 1).

No Brasil, afirma Leal (2003), o conceito de formação profissional foi fundamentado na Teoria do Capital Humano²⁹ que preconizou as políticas governamentais de qualificação da força de trabalho como fator de empregabilidade, mobilidade social e de melhoria dos indicadores de renda, sobretudo a serviço do desenvolvimento econômico.

Ao longo dos anos 90, na esteira da reestruturação produtiva e dos processos inerentes a Globalização foi sendo difundidas as ideias que balizaram o novo período na economia nacional, onde o fundamental na educação profissional era a formação da capacidade individual, da qualificação e da competência para o mercado de trabalho atual. Alicerçadas na Teoria do Capital Humano (psicologia behaviorista) dos anos 60 – agora com “cara nova”, com o foco centrado nos indivíduos e não nos países como fora na sua origem - conceitos como: aprender a aprender, estética da sensibilidade para a “empregabilidade, depois laboralidade,

²⁸ “Refere-se aos processos educativos que têm por finalidade desenvolver formação teórica, técnica e operacional que habilite o indivíduo ao exercício profissional de uma atividade produtiva. No Brasil, a denominação educação profissional é recente, tendo sido empregada na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.” (FERRETI, 2010, p.1).

²⁹ “O conceito de Capital Humano surgiu dos estudos de Theodoro Schultz, no início da década de 1960 e, segundo ele, a educação é funcional e decisiva no desenvolvimento econômico do País.” (LEAL, 2003, p. 90-91).

flexibilidade, etc.” (CASTIONI, 2010) foram se consolidando como valores explicativos para a inserção no mercado de trabalho na nova realidade do mundo globalizado. Nesse processo de difusão para a sociedade foi importante à constituição de espaços sociais (fórum capital/trabalho, organismos tripartites: governo/ empresários / trabalhadores, etc.) de participação articulada dos atores sociais chaves: governo, empresários e representações dos trabalhadores. (VICTORIO, 2013, p. 32).

Vale refletir que o contexto histórico que o Brasil atravessava influenciou nos direcionamentos para a educação profissionalizante através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996.

Daí, considerarmos importante realizar uma reflexão sobre a concepção de educação do trabalhador vista pela óptica da classe burguesa e, por isso, estruturada sobre as necessidades do capital, devendo, para isso, adequar-se às exigências do mercado cada vez mais oscilante e restritivo. Essa concepção está contemplada no projeto educativo global expresso no projeto-lei nº 1603/96 que precede a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, e que depois foi substituído pelo decreto nº 2208/97, que se caracterizou como prepotente, porque não levou em conta todo o processo de debates nas escolas técnicas e centros de educação tecnológica que pretendiam definir mudanças em seus cursos para que respondessem melhor às demandas de hoje e do futuro, pensadas em função de um projeto nacional de desenvolvimento soberano. (LEAL, 2003, p. 22-23).

Posteriormente, a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008³⁰ – que altera os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996³¹, também chamada de “Lei Darci Ribeiro”, onde são estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) – estabeleceu que:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 2008).

No Governo Lula houve a implementação de novas políticas articulando o ensino médio e a educação profissional, através da aprovação do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004³² – que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que situa as diretrizes e bases da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – e posteriormente, com a Lei nº 11.741 de 2008, que institui a flexibilização na articulação do ensino médio com o ensino técnico e o incentivo do retorno do ensino técnico integrado. Esta lei redimensiona, institucionaliza e integra as ações da educação profissional

³⁰ Vide: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1>

³¹ Vide: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art39>

³² Vide: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>

técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Vale lembrar que se em momentos anteriores, o que marcou o caráter das políticas educacionais no Brasil foi a vinculação das mesmas aos projetos desenvolvimentistas implementados em diversos governos, no momento atual, a sua importância tem que ser entendida a partir da base técnica dominante em cada época e que o conteúdo destas políticas passa a ser definido pelo caráter de reestruturação do Estado, bem como pela adaptação do sistema educacional aos ditames do processo de globalização. Ou seja, a escola continua a ser concebida como um meio imprescindível à adequação do homem à ordem econômica e social vigente [...] (LEAL, 2003, p. 52).

Seguindo a nova institucionalidade das Políticas Públicas da Educação Profissional e Tecnológica, o Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007³³, estabelece o Programa Brasil Profissionalizado, regido pelo Ministério da Educação (MEC), que intensifica a integração da educação profissional ao ensino médio integrado.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.

Parágrafo único. São objetivos do Programa Brasil Profissionalizado:

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância;
- V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;
- VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e
- VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio. (BRASIL, 2007).

Os cursos técnicos oferecidos pelo Brasil Profissionalizado possuem três modalidades, a saber: concomitantes ao ensino médio: no qual o estudante cursa o ensino médio e o ensino profissional em outro período; integrados ao ensino médio: onde o conteúdo das disciplinas é adaptado à prática da formação profissional, neste caso, o ensino médio e o ensino profissional ocorrem em um único curso; subsequentes ao ensino médio: onde o estudante ingressa em um curso técnico de educação profissional após a conclusão o ensino médio.

³³ Vide: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm>

O Programa Brasil Profissionalizado também busca fortalecer as redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, mesclando o conhecimento do ensino médio com as exigências do mercado de trabalho contemporâneo.

Para implantar esta proposta, o governo federal propõe uma articulação com os sistemas estaduais de ensino e apresenta dois modelos para o ensino médio integrado no Brasil. O primeiro modelo denomina-se ensino médio integrado, que compreende a integração da ciência, cultura e trabalho, sem a formação profissional. O segundo denomina-se ensino médio integrado profissional, que envolve a integração do ensino médio com a educação profissional e pode ser realizado de duas formas: ensino médio integrado com a educação profissional técnica de nível médio e normal médio. (ANDRADE, 2010, p. 7).

A iniciativa também repassa recursos do Governo Federal para que os governos estaduais possam investir em suas escolas técnicas e profissionalizantes. Por isso, desde 2007, o Programa vem facilitando a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)³⁴.

As principais finalidades do Brasil Profissionalizado foram apresentadas nas seguintes vertentes: a) expansão do atendimento e qualidade da educação; b) reestruturação do ensino médio, combinando formação geral e profissional; c) articulação entre escola e os arranjos produtivos locais; d) fomento e expansão de matrículas do ensino médio integrado à educação profissional pela rede pública; e) construção de um novo modelo de ensino médio baseado na articulação da educação básica e profissional; f) incentivo à elevação da escolaridade de jovens e adultos por meio do PROEJA e da construção de novos itinerários formativos; g) articulação da educação formal aos processos de aprendizagem e estágios no ambiente de trabalho e; h) fomento da oferta de cursos técnicos. (NASCIMENTO, 2012, p. 89-90).

No caso do Ceará, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI) é ofertado pela Secretaria da Educação (SEDUC). Assim, em 2008, foi criada a rede estadual de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), ofertando formação de nível médio regular integrado à profissionalização técnica, onde atualmente o Ceará conta com mais de 100 escolas de educação profissional, atendendo uma faixa de 38.499 estudantes³⁵.

Em conformidade com o § 2º, do artigo 39, da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que estabelece as modalidades da educação profissional e tecnológica, pode-se citar o Projeto e-Jovem como curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; as Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEPs) vinculadas ao Pro-EMI (Programa de Ensino Médio Inovador)³⁶ como cursos de educação profissional técnica de nível médio; e os

³⁴ Aprovado em 2007, o PDE é uma ferramenta gerencial que visa à melhoria da educação básica brasileira. Um dos seus pontos-chave é o ensino profissionalizante com incentivo à construção de novas escolas técnicas federais e a montagem de uma rede de educação profissional em instituições de ensino médio.

³⁵ Fonte: < <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/6681-veja-mais-eeep>>. Acesso em: 02 maio. 2014.

³⁶ Criado pela portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, o ProEMI reestrutura currículos do ensino médio instituindo a formação complementar, buscando uma formação integral para um currículo mais dinâmico aliando

Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)/Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Diante do exposto, pode-se observar que os discursos políticos passaram a priorizar as reformas educacionais como um meio de preparar e requalificar os trabalhadores brasileiros para as novas configurações tecnológicas e organizacionais (SANTOS, 2013). Ademais, vale frisar que a melhoria da escolaridade e da qualificação profissional como ações isoladas não são suficientes, é necessário articular essas ações à efetivação de políticas públicas de emprego.

O desafio reside em promover um conjunto de estratégias que promovam um desenvolvimento econômico capaz de garantir a redução de problemas como a exclusão social, a pobreza e a desigualdade, assegurando aos trabalhadores o acesso aos ganhos de produtividade que estão sendo gerados nesse processo. (CARMO, 2003, p. 50).

Ou seja, apenas investir na educação e na qualificação profissional sem estímulos à superação da estagnação econômica e da precarização existente no mercado de trabalho “acaba se mostrando insuficiente para potencializar a geração de trabalho. Apesar disso, prosseguem as vertentes daqueles que acreditam no papel independente e autônomo da educação com relação à mobilidade social ascendente.” (POCHMANN, 2004, p. 387).

3.1 A juventude frente às novas exigências do mercado de trabalho

A juventude brasileira, especialmente a cearense, tem vivenciado os efeitos das mudanças estruturais e as constantes alterações no mercado de trabalho que acentuam as contradições entre os sujeitos.

Diversas pesquisas são realizadas para identificar a situação do emprego/desemprego no Brasil e no mundo. O relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT, – “Trabajo Decente y Juventud en América Latina. Avance - febrero 2010”, reporta-se ao último relatório – “Panorama do Trabalho 2009” na qual ficou constatado que a juventude na América Latina constitui a população mais vulnerável ao desemprego. (GOES, 2011, p. 77).

Leão (2004) aponta que a juventude é considerada como uma parcela estratégica da sociedade para o desenvolvimento socioeconômico de um país. Essa ideia é defendida pelos

discursos governamentais e pelos organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

É perceptível, portanto, que as mesmas desigualdades do “mundo adulto” perpassam o “mundo jovem”, evidenciando que a problemática juvenil não se limita apenas a uma abordagem etária ou biológica. Na verdade, o jovem carrega consigo diversas questões socioculturais históricas no País, negligenciadas pelas políticas públicas do Estado, que vem sendo reproduzidas da infância à velhice. Todavia, e fato que as mudanças mais amplas no mundo trabalho, ocorridas mais drasticamente no País nos últimos vinte anos, tem afetado os jovens de forma mais intensa no que diz respeito às oportunidades de renda e trabalho. (SANTOS, 2013, p. 79).

Significa dizer que a juventude como grupo considerável da população economicamente ativa³⁷ vem sendo seriamente atingida pelo desemprego e pela falta de qualificação profissional. Por isso:

É preciso considerar o jovem como ator fundamental no desenvolvimento do país, mas também criar condições para que sua contribuição retorne sob a forma da garantia de seus direitos, ampliação de suas oportunidades e da melhoria da sua qualidade de vida. (BRASIL, 2011, p. 104).

O ingresso da juventude no mercado de trabalho atravessa dificuldades, como por exemplo: o problema de conciliar os estudos com o trabalho compromete o desenvolvimento das aprendizagens do jovem, a falta de conhecimento e experiência profissional acaba servindo de empecilho para a obtenção de uma vaga de emprego, além das poucas ofertas de trabalho.

Para os jovens, as transições entre as fases de vida institucionalizada, especialmente a transição da escola para o trabalho, envolvem riscos ou necessidades e tem particular relevância para a integração e desenvolvimento econômico e social sustentável. Desemprego juvenil, jovens sem formação profissional e emprego e carreiras profissionais precárias representam o aumento de incerteza e insegurança de transições da escola para o mundo do trabalho. (AMARAL; WALTHER, 2013, p. 22).

A trajetória de ingresso no mundo do trabalho adquire contextos diferenciados, muitas vezes, de acordo com a classe social, etnia, gênero e história de cada jovem. Alguns ingressam apenas após a conclusão dos estudos, já outros são obrigados a deixar os estudos de lado para trabalhar e auxiliar no sustento da família. A respeito disso, Brito (2006, p. 53) ressalta:

A decisão de postergar o ingresso no mercado de trabalho abre a possibilidade de ampliação da escolaridade, mas essa decisão não é compulsória – é resultado da ausência de postos de trabalhos. Ela só pode se sustentar quando existe condição, por parte do grupo familiar, de manter o jovem na condição de estudante. Assim,

³⁷ “População Economicamente Ativa (PEA) é a fração da população composta pelas pessoas ocupadas, compreendendo; a) as que, durante o período de referência, trabalharam; b) as que tinham trabalho, mas que por qualquer motivo (férias, por exemplo) não trabalharam e c) as desocupadas (pessoas que não tinham trabalhado, mas estavam dispostas a fazê-lo, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva) [...] são consideradas participantes da PEA todas as pessoas com 10 anos ou mais.” (CARMO, 2003, p. 48).

mais uma vez, ocorre o fortalecimento da desigualdade. As famílias com maior disponibilidade de renda procuram criar condições satisfatórias para que seus filhos possam continuar estudando, ensejando condições para que o jovem possa mais tardiamente ingressar no mercado, porém mais bem preparado para concorrer no seu interior. Para os grupos familiares mais pobres, entretanto, essa solução é inviável, pois, para concluir os estudos, o jovem precisa trabalhar. Desse modo, para os jovens pobres, no geral, ocorrem o ingresso antecipado no mercado de trabalho e o abandono da escola, limitando a preparação para disputa por melhor inserção no mercado de trabalho.

Leão (2004) destaca que a juventude pertencente às camadas populares encaram grandes obstáculos de inserção e permanência no mercado de trabalho, além lidar com dificuldades no âmbito escolar, como baixos índices de aprovação, desinteresse ou abandono.

Vale lembrar que a Pesquisa sobre o Perfil da Juventude Brasileira, realizada em 2003, por iniciativa do Instituto de Cidadania, mostrou que mais de 60% dos jovens de 15 a 24 anos de idade trabalhavam por necessidade. Essa pesquisa também contemplou a renda familiar desses jovens e diagnosticou que 69% dos que trabalhavam por necessidade viviam com até 02 salários mínimos; 61% estavam entre 2 e 5 salários mínimos; 57% de 05 a 10 salários; somente aquelas famílias que recebiam acima de 10 salários mínimos contavam com a maioria dos jovens (57%) que trabalhavam por independência financeira. No mesmo escopo de análise, mas considerando os dados da PNAD de 2007, Gonzalez (2009) concluiu que a possibilidade de um jovem dedicar-se integralmente aos estudos e diretamente proporcional a renda – especialmente, entre os jovens adolescentes. A probabilidade de os jovens estarem fora da escola e desempregados ou inativos era três vezes menor entre as famílias de renda *per capita* maior que um salário mínimo do que nas famílias com até meio salário mínimo *per capita*. (SANTOS, 2013, p. 76-77).

Embora o jovem trabalhador percorra caminhos tortuosos, o mercado também permite experimentar novas sociabilidades, uma oportunidade de fazer parte de forma ativa da sociedade de consumo, conferindo ao jovem uma maior independência do núcleo familiar.

Bajoit e Franssen (1997) sublinham o trabalho como uma experiência de socialização, onde exercer uma atividade produtiva adquire um reconhecimento social.

Em contextos culturais muito diferentes entre si, de fato, o trabalho é um dos âmbitos mais importantes em que se desenvolvem as relações entre gerações, acentuam-se os mecanismos de socialização dos jovens para os papéis da vida adulta, desenvolvem-se processos de reprodução econômica e social. (CHIESI; MARTINELLI, 1997, p. 110).

Alves e Paulo (2012, p. 2) destacam aspectos importantes para os jovens tais como: “[a] necessidade de afirmação da autonomia emocional e financeira, a escolha de uma vocação e a própria afirmação da sua identidade cultural, impõe aos jovens contemporâneos a necessidade de inserção no mercado de trabalho.”

[O]s jovens ora são pessoas em processo transitório de desenvolvimento, quando devem buscar a identidade, autonomia, competência acadêmicas e profissionais, ora devem estar prontos, como força produtiva, aptos para o mercado, elemento contribuinte da renda familiar e/ou da sua própria independência, capaz de sobreviver pelos seus próprios meios. Para uns é um devir para a fase adulta, para outros é o ‘aqui-e-agora’. (BRITO, 2006, p. 33).

Conforme afirma Guimarães (2004), o trabalho para a juventude se constitui como um sinônimo de oportunidade de sobrevivência, um espaço de integração social, de significação subjetiva e identitária. Ou seja, “[o] trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm.” (CASTEL, 2010, p. 578).

Porém, no âmbito das transformações do trabalho e no contexto de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e em constante crise, este passa a assumir novos e múltiplos significados.

A partir da sua diversidade social, cultural e econômica os jovens elaboram múltiplos sentidos para o trabalho. Para aqueles oriundos das camadas populares ele é uma realidade que começa no alvorecer da adolescência e está ligada primeiramente a uma questão de necessidade.

[...]

O sentido do trabalho para os jovens das camadas populares constitui-se então da articulação de várias dimensões: necessidade material, valor moral e ideológico, espaço de sociabilidade, instrumento de socialização, meio para usufruir a condição juvenil. A partir de diferentes representações e formas de vivenciar o trabalho, esses jovens irão construir seus projetos de vida – estudar, casar, construir uma casa, consumir. Tais projetos serão elaborados a partir da combinação das possibilidades e dos limites impostos pela realidade. (LEÃO, 2004, p. 158-159).

Atenta-se para o caráter dual da inserção da juventude no mercado de trabalho. Embora as ações de qualificação profissional da população jovem atuem em conformidade com o panorama de adequação ao capital, vale a pena considerar que ingressar no mercado de trabalho também significa um meio para o alcance da cidadania, o desenvolvimento de potencialidades, a conquista de direitos e para a consequente autonomia.

Guimaraes (2013), com informações da pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, da Fundação Perseu Abramo, realizada em novembro-dezembro de 2003, mostra que o trabalho aparece como uma referência central em opiniões, atitudes, expectativas e relatos de experiências de uma amostra representativa da juventude brasileira (3.501 entrevistados, com idades entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios). A centralidade do trabalho em termos subjetivos e vista em várias dimensões, dentre as quais se podem destacar: o valor do trabalho para quem incorpora uma dedicação ao mesmo; a necessidade de garantias para atender as necessidades no curso da vida; o direito para exercer a cidadania e a obtenção de chances de crescimento enquanto pessoa. Esses aspectos subjetivos encontram suas restrições no âmbito de elementos tais como alterações na dinâmica demográfica, transformações no aparato produtivo, encolhimento de postos na base da pirâmide ocupacional e inadequação educacional. Estes são elementos que condicionam a entrada do jovem no mercado de trabalho, todos eles presentes no caso brasileiro. (UCHOA; MENEZES, 2013, p. 108).

Visando diminuir as dificuldades de inserção dos jovens no mundo do trabalho, as políticas públicas trabalham com duas vertentes: uma visa incentivar o processo de contratação dos jovens, já a segunda, aposta no prolongamento da escolarização como forma de melhoria de oportunidades, mas que acaba adiando o seu ingresso no mercado de trabalho. (GONZALEZ, 2009).

Já as políticas de qualificação do jovem para a sua inserção produtiva são “novas estratégias do governo para reformulação da educação profissional, com vista na adequação do jovem excluído ao novo mercado de trabalho”, explica Souza J. (2009, p.4). No entanto:

É necessário fazer algumas considerações para que a qualificação social e profissional ofertada aos jovens seja inclusiva, não só para a inserção do jovem no mercado de trabalho, mas também para a sua vida social. É preciso refletir sobre as formas de inserção dos jovens no mundo produtivo, analisando se todas as estratégias que vêm sendo adotadas nos programas de qualificação são, de fato, geradoras de trabalho decente. (SOARES, 2013, p. 294).

3.2 As novas tecnologias e algumas observações sobre exclusão e inclusão digital

Esta seção começa com uma breve discussão entre os conceitos de exclusão e inclusão. Sposito (2003) defende que o próprio termo “exclusão” é complexo e pode designar situações e processos sociais diversos. Robert Castel atenta para o uso dessa denominação:

Por isso é necessário manejar esse termo com infinitas precauções. [...] a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas [...]. (CASTEL, 2010, p. 568-569).

Frigotto (2010) afirma que a exclusão social abrange a perda parcial ou total de direitos socioculturais, econômicos e subjetivos dos indivíduos.

A exclusão seria um processo decorrente do desemprego, da pobreza, da estigmatização social, do isolamento, da ruptura, da ausência de redes de suporte etc., que atingiriam todos os indivíduos da sociedade, não somente as classes desfavorecidas. (ZIONI, 2006, p. 22).

Bussinguer (2010) lembra que a exclusão é um tema recente, muito embora ela seja inerente à história da humanidade. No entanto, somente na idade moderna a luta pelos ideais de igualdade foi proclamada.

Desse modo, exclusão torna-se um problema apenas recentemente, porque a própria preocupação com a igualdade é contemporânea. Historicamente, em muitas sociedades, de diferentes culturas e épocas, mulheres, crianças, estrangeiros, escravos, doentes, os trabalhadores de todos os matizes, além de pessoas simplesmente diferentes da maioria da população, todos foram discriminados com a legitimação dada pelo próprio Direito. (BUSSINGUER, 2010, p. 18-19).

Escorel (1999, p.72) apud Zioni (2006, p. 26) descreve que os “fenômenos de exclusão social [...] estruturam-se sobre o pilar da necessidade, mas também revelam uma lógica de exclusão que se manifesta em dimensões como da cidadania e representações sociais.”

Robert Castel (2010) acrescenta ao debate o termo *desfiliação* para explicar a dissociação dos desfiliaados como uma ruptura dos laços sociais e uma sensação de não-pertencimento à sociedade devido à falta de trabalho. Dessa forma: “O processo de *desfiliação* resultante da exclusão do mundo do trabalho vai se dando de modo progressivo, na medida em que perduram ou se reproduzem estados de desemprego por tempo prolongado.” (BUSSINGUER, 2010, p. 25).

Nesse contexto, o trabalho como elemento de socialização, de pertença, ‘não deve ter ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjuga seus efeitos negativos para produzir a exclusão, a desfiliação’. Castel esclarece: “há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção’ (CASTEL, 1998, p. 51 apud BRITO, 2006, p. 75-76).

Já a palavra inclusão – vista como fator antagônico da exclusão – denota o esforço em garantir o efetivo exercício dos direitos sociais dos cidadãos, conferindo-lhes dignidade e participação social efetiva.

Sentir-se incluído significa também ser escutado, ser reconhecido, sentir-se membro da sociedade em que se vive, poder realizar projetos, obter espaços específicos e ter possibilidades para desenvolver a sua criatividade. Há necessidade de desenvolver um sentimento de confiança na sociedade, de fazer-se escutar e de criar elos com as instituições. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 25).

Mais ainda, a inclusão deve ser um processo de estabelecimento de novos elos sociais que auxiliam na reconstrução da cidadania. (BUSSINGUER, 2010).

Com aplicações diretas em diversas áreas da vida em sociedade, constata-se a inclusão determinando um modelo de sociedade, aliás, dita por sociedade inclusiva, que enuncia e anuncia a inclusão como paradigma basilar. O construir essa sociedade inclusiva exige um pensar sobre a dialética da inclusão versus a exclusão, ou seja, dos excluídos (ou pelos excluídos) na defesa de seus direitos de serem incluídos. (AZEVEDO, 2008, p. 48).

Costa e Lemos (2005) apontam que a exclusão social perpassa o campo da exclusão digital uma vez que o fomento ao acesso e à consequente apropriação das novas tecnologias pode facilitar na inclusão social dentro da “Sociedade da Informação”.

O novo cenário criado pelo incremento das novas tecnologias, a partir da segunda metade do século XX – a chamada “Era da Informação” – mostra a sua vertente segregadora, capaz de ampliar as desigualdades socioeconômicas.

Proenza (2003) salienta que o próprio desenvolvimento das TIC, ocorrido sob o processo de globalização atual, tende também a criar novos elementos que contribuem para ampliar as desigualdades econômicas. O autor apresenta quadros que ilustram seus argumentos. Em primeiro lugar, ele mostra dados que revelam uma acentuada diferença de inclusão digital entre os países. Como era de se esperar, de modo geral pode-se perceber que, nas regiões mais pobres do planeta existem baixos níveis de conexão à internet. Por outro lado, nos países mais desenvolvidos existem expressivos níveis de conexão à internet, a menos de algumas diferenças

derivadas de fatores culturais que conduzem as respectivas populações a níveis variados de interesse pelo uso de novas tecnologias. Proenza (2003) destaca também que há uma correspondência entre esses indicadores e os indicadores de níveis e de distribuição de renda. Ou seja, os países com renda per capita menor e/ou com renda mais concentrada são justamente aqueles que ostentam os mais eloqüentes indicadores de infoexclusão. (MATTOS; CHAGAS, 2008, p. 70).

Lévy (1999) acredita que a utilização intensa das tecnologias da informação e comunicação (TICs) propicia novas maneiras de pensamento e de ação comunicativa, com isso origina-se a “Sociedade da Informação.”

Mas afinal o que é Sociedade da Informação? O termo originalmente do inglês World Summit on the Information Society (WSIS), ou Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, segundo o sociólogo Bernard Sorj (2003) é a denominação mais usual para indicar o conjunto de impactos e conseqüências sociais das novas tecnologias da informação e da comunicação. Impactos e conseqüências que podem na verdade representar uma possibilidade econômica e social capaz de transformar e promover a integração de um povo, alterando as estruturas produtivas através de uma revolução tecnológica [...] A sociedade da informação se ampara na produção de conhecimento científico, sem o qual não haveria relação econômica. A globalização concentra e unifica de certa forma essa difusão das mídias digitais. (BURINI, 2004, p. 3).

Dentro da Sociedade da Informação, a exclusão digital, Sorj (2003, p. 15) explica, “veio somar mais uma nova dimensão às diversas desigualdades preexistentes: a do acesso desigual ao conjunto de novos bens e serviços associados às novas tecnologias da informação e da comunicação.”

A exclusão digital possui forte correlação com as outras formas de desigualdade social, e, em geral, as taxas mais altas de exclusão digital encontram-se nos setores de menor renda. A desigualdade social no campo das comunicações, na sociedade moderna de consumo de massas, não se expressa somente no acesso ao bem material – rádio, telefone, televisão, Internet –, mas também na capacidade do usuário de retirar, a partir de sua capacitação intelectual e profissional, o máximo proveito das potencialidades oferecidas por cada instrumento de comunicação e informação. (SORJ, 2013, p. 59).

A inclusão digital deve abranger quatro vertentes: o ensino digital para além do simples acesso às tecnologias; a oportunidade de emprego na vida cotidiana e no trabalho daquilo que foi ensinado (união da teoria e prática); a necessidade de políticas públicas que concedam a inclusão digital e a exploração efetiva dos potenciais dos meios digitais. (RONDELLI (2000) apud COSTA; LEMOS (2005). Ou seja:

Incluir não deve ser apenas uma simples ação de formação técnica dos aplicativos, como acontece na maioria dos projetos, mas um trabalho de desenvolvimento das habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento, transformando utilização em apropriação. A reflexão crítica da sociedade deverá gerar práticas criativas de recusa de todas as formas de exclusão social. A apropriação dos meios deve ocorrer de forma ativa. Por isso, as categorias econômica e cognitiva são tão ou mais importantes que a categoria técnica nos processos de inclusão digital. (COSTA; LEMOS, 2005, p. 113).

A inclusão digital tem recebido destaque na agenda política brasileira, porém a sua implementação como política pública exige o acompanhamento de outras políticas que abordem temas subjacentes às desigualdade sociais.

As diversas desigualdades não são estanques: elas se articulam entre si e se reforçam mutuamente. As políticas públicas e as iniciativas da sociedade civil devem confrontar as diversas formas de desigualdade social como um conjunto interdependente, o que exige a atuação simultânea tanto na esfera das carências mais básicas quanto na das mais complexas. (SORJ, 2003, p. 15).

O esforço para expandir a inclusão digital no Brasil exige políticas públicas de promoção do acesso às novas tecnologias a baixos custos e com boa qualidade, além disso, também se faz necessário incentivar que os usuários busquem informações de maneira consciente, conferindo-lhes um incremento cognitivo, o que facilita na sua qualificação profissional e na melhoria ao acesso ao mercado de trabalho, fazendo da inclusão digital um aporte para a inclusão social e para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. (MATTOS; CHAGAS, 2008).

Significa dizer que, para diminuir os contrastes inerentes ao sistema de produção capitalista, as políticas públicas devem servir como estratégias que, além de permitir o desenvolvimento do capital, também garantam e promovam a dignidade dos cidadãos através da educação, da saúde, da justiça, da seguridade social e do emprego. (BUSSINGUER, 2010).

Mattos e Chagas (2008) destacam que o impasse econômico tem impedido a ascensão sócio-digital de muitos brasileiros por conta das carências e lacunas existentes no modelo de ensino formal ofertado pelo governo, por exemplo. Essas diferenças socioeconômicas e educacionais também limitam as capacidades cognitivas dos sujeitos adquiridas na educação formal, o que dificulta a ampliação da inclusão digital. Daí a importância das políticas públicas como ações que visem à redução da desigualdade social e a garantia de direitos dos cidadãos.

Assim, Costa e Lemos (2005) ressaltam que garantir a inclusão digital dos cidadãos na Sociedade da informação passa a ser considerada como uma forma de inclusão social, principalmente para a juventude brasileira.

Nesse sentido, a exclusão social hoje perpassa a questão da exclusão digital. Ou seja, o acesso às TIC se configura como uma forma de inclusão digital e esta pode ser uma facilitadora de outras inclusões, como a sócio-econômica. Para o Estado cabe, então, à educação a responsabilidade de promover as oportunidades e a inclusão dos jovens no mundo altamente especializado do conhecimento, da comunicação, da informação e da inovação, mesmo em que pese suas contradições. (OLIVEIRA, 2011, p. 120).

Um destaque especial foi dado às novas tecnologias sendo estas incorporadas às políticas públicas brasileiras com o objetivo de conceder a inclusão digital, principalmente

através da educação, com foco principalmente na continuidade dos estudos, na melhoria da escolarização e na sua inserção no mercado de trabalho.

A escola tem papel primordial na inclusão digital, entretanto, além de estimular o aprendizado das ferramentas de TIC e de ambientar os alunos na atmosfera tecnológica através das práticas socioeducativas, precisa incentivar os estudantes a desenvolverem habilidades que estimulem o senso crítico e a sua participação social ativa. (OLIVEIRA, 2011).

Dado que inclusão digital é parte do fenômeno informação, no contexto da chamada sociedade da informação, pode ser observada pela ótica da ciência da informação. Neste sentido, entende-se, como ponto de partida do conceito de inclusão digital, o acesso à informação que está nos meios digitais e, como ponto de chegada, a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas. (LIMA, 2005, p. 30).

No âmbito da educação profissional frente às novas tecnologias, a qualificação profissional em TICs para a juventude como forma de acesso ao mundo do trabalho é um processo complexo que exige a necessidade de adequação do ensino profissional voltado para as exigências contemporâneas, sem deixar de lado a formação cidadã.

Para profissionalizar e incluir estes jovens no mundo digital é necessário interagir com a tecnologia e apreender suas principais propriedades e potencialidades para o uso pedagógico, que são inúmeras. Isso não significa apenas facilitar a compra de computadores e ofertar cursos técnicos de informática aos alunos. Trata-se de uma formação continuada que integre as dimensões de domínio tecnológico e da prática pedagógica com o uso da tecnologia, teorias educacionais, gestão de tempo, espaço e recursos. O sentido da inclusão digital do aluno está inter-relacionado com o sentido da sua própria inclusão social. (VASCONCELOS et al, 2005, p. 2649).

Vale salientar que o acesso ao uso das novas tecnologias não constitui um fim em si mesmo, cabe ao sujeito se apropriar das informações obtidas e fazer uso delas dando-lhes significados. Vasconcelos et al (2005) acreditam no poder transformador que é concedido àquele que se apodera das informações. Com isso, elas favorecem na formação de um senso crítico além de viabilizar a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho.

Significa dizer que, dentro da “Sociedade da Informação”, conceder o acesso às informações via meios digitais e saber utilizá-las de forma responsável constitui uma nova cidadania, uma forma de garantir aos sujeitos uma participação democrática efetiva, eis aí a efetiva inclusão sócio-digital.

Se a inclusão digital é uma necessidade inerente desse século, então isso significa que o “cidadão” do século XXI, entre outras coisas, deve considerar esse novo fator de cidadania, que é a inclusão digital. E que constitui uma questão ética oferecer essa oportunidade a todos, ou seja, o indivíduo tem o direito à inclusão digital, e o incluído tem o dever de reconhecer que esse direito deve ser estendido a todos. (SILVA et al, 2005, p. 32).

4 OBSERVAÇÕES ACERCA DO PROJETO e-JOVEM COMO UMA INTERFACE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DE INCLUSÃO SÓCIO-DIGITAL PARA A JUVENTUDE NO CEARÁ

Este capítulo apresenta os elementos do Projeto e-Jovem que interligam as políticas públicas de qualificação profissional e de inclusão digital para a juventude cearense, destacando a consonância entre o e-Jovem, o Programa Brasil Profissionalizado e o Cinturão Digital, além de discorrer sobre as disposições do Plano Plurianual (PPA) de 2008-2011 que estabelecem as diretrizes para a implementação dessa política governamental.

Dentro do ciclo das políticas públicas, uma vez definida a sua formulação – que abrange a escolha e a demarcação das ações e ferramentas de intervenção estatal – ocorre a etapa de implementação que consiste em executar as ações em conformidade com o planejamento que estabelece o que deve ser alcançado e o que necessita ser executado. Por fim, essas ações exigem a avaliação para mensurar os resultados obtidos, além de verificar possíveis falhas, realizar ajustes ou reformulações. (LIMA; D’ASCENZI, 2013).

A implementação de políticas públicas pode ser entendida como um processo através do qual os objetivos podem ser alterados, recursos mobilizados para atender e realizar objetivos. Pode até ser vista como um processo de alteração da política que se quer implementar. Se não planejada, ela pode levar ao fracasso de uma política. (CARVALHO et al, 2010, p. 10).

As políticas governamentais possuem elaboração, estabelecimento e avaliação advindos majoritariamente por parte dos atores governamentais, uma vez que o Estado possui a centralidade legítima de estabelecer políticas públicas emanadas pelos órgãos Legislativo, Executivo e Judiciário. Elas cumprem um prazo definido, geralmente em consonância com a gestão vigente.

A formulação de uma política governamental “constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (SOUZA, 2006, p. 26).

Para compor as direções necessárias para a formulação e implementação das políticas públicas, é criado o Plano Plurianual (PPA). Em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988 e ao artigo 203, inciso I da Constituição Estadual do Ceará, o Plano Plurianual (PPA) estabelece as diretrizes, metas e objetivos da administração pública estadual.

Elaborado a cada quatro anos, o PPA também institui o planejamento de programas e ações a serem desenvolvidos por cada governo, criando condições para o planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão das políticas públicas estaduais. É organizado no primeiro ano de mandato, vigorando a partir do segundo ano de gestão e se estende até o primeiro mandato seguinte.

O Plano Plurianual 2008-2011, tal como proposto, constitui-se em importante instrumento de gestão governamental para o próximo quadriênio, e inaugura o “novo jeito de fazer” da atual gestão 2007-2010. A construção desse Plano para o quadriênio foi feita de forma amplamente participativa, reunindo as representações do Governo e Sociedade Civil, num amplo debate que evidenciou uma forma alternativa de tomada de decisões e rumos na deliberação das políticas públicas estaduais. (CEARÁ, 2007, p. 34).

A construção do PPA 2008-2011³⁸ foi realizada de maneira participativa, reunindo lideranças representativas de vários segmentos sociais e representantes do Governo do Estado do Ceará, enfocando nos fóruns os diversos interesses nas áreas de agricultura; ciência e tecnologia, cultura; comércio; desenvolvimento regional e ambiental; educação, emprego e renda; esporte; juventude; gestão pública; indústria; infraestrutura; jurídica; saúde; segurança pública e turismo.

Desde o início da gestão do governador Cid Ferreira Gomes, em 2007, colegiados regionais são formados com o objetivo de reunir representantes da sociedade civil e do governo para debater e acompanhar a execução das diretrizes do PPA no Ceará.

O PPA é permeado pelo caráter ideológico de cada governo que age na escolha da execução ou não das políticas públicas e estratégias de governo. No entanto, vale frisar que o planejamento e a implementação das políticas governamentais compreendem um processo dinâmico (SOUZA, 2006) que sofre influências da correlação de forças entre os grupos políticos e os demais atores sociais.

Ressalte-se, ainda, que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como alguns grupos de interesse e movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência, a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo. De forma simplificada, podem-se dividir as diversas definições [de políticas públicas] em dois blocos. A primeira define política pública como escolhas que o governo opta por fazer ou não, sendo sempre governamental. A política pública é vista, em geral, como um processo ordenado, com estágios claros, dominado por profissionais e especialistas, cujo objetivo é responder às diversas demandas da sociedade. O segundo bloco percebe a política pública como um processo que envolve múltiplas decisões inter-relacionadas, tomadas por grupos diversos de agentes políticos. Sob essa perspectiva, as políticas públicas, em geral, não têm início e fim claramente determinados, definindo-se e redefinindo-se de forma continuada por meio de um processo de revisão e retração e em virtude do contexto em que se desenvolvem.

³⁸ Para uma melhor compreensão acerca do contexto histórico desta dissertação, o PPA 2008-2011 é usado como referência, pois contempla o recorte da pesquisa correspondente ao período de atuação do Projeto e-Jovem. Atualmente, encontra-se em vigência o PPA 2012-2015.

Tampouco possuem racionalidade manifesta. Ao contrário, a elaboração de políticas públicas envolve algo complexo, com numerosas decisões tomadas por muitos indivíduos e órgãos, caracterizados por limites incertos e pela interconexão das diversas ações do governo. (CLEMENTINO, 2003, p. 35-36).

A estrutura programática do PPA 2008-2011, do governo Cid Gomes, abrange 127 programas, sendo 102 Programas Finalísticos e 25 de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais. Os programas foram organizados em três eixos de políticas de governo: Sociedade Justa e Solidária; Economia para uma Vida Melhor e Gestão Ética Eficiente e Participativa. Vale a pena destacar que as políticas governamentais são instrumentos de governabilidade e estão apoiadas nestes três eixos estabelecidos pelo PPA.

Visando romper com o modelo de política que perpetua a pobreza, outro foco da ação social será a inclusão produtiva e social de população carente, conjugando políticas de assistência com geração de oportunidades para a inserção no mercado de trabalho, redes de economia solidária e empreendedorismo. (CEARÁ, 2007, p. 40-41).

Especificamente, dentro do PPA 2008-2011, as ações governamentais voltadas para a juventude ressaltando sua inserção produtiva podem ser vistas com mais ênfase no eixo Sociedade Justa e Solidária, na área de atuação denominada Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar. Já a Inclusão Digital, encontra-se na área de Atuação: Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. (CEARÁ, 2007).

A gestão do PPA fica a cargo da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) em parceria com as secretarias setoriais. Estas, por sua vez, executam as ações preconizadas pelo PPA, além de gerenciarem e monitorarem o andamento das mesmas, de acordo com a sua respectiva área de atuação. Já o Comitê de Gestão por Resultados e de Gestão Fiscal (COGERF) é responsável por formular as diretrizes para a execução orçamentária do PPA.

Os programas e ações financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) são realizados pelas diversas secretarias setoriais do governo do Estado do Ceará e preconizados pelo Programa de Combate à Pobreza do Estado do Ceará, com seus resultados analisados anualmente.

A concepção do FECOP considera que a redução da pobreza e o exercício da cidadania, dependem fundamentalmente do fortalecimento do capital social capaz de superar problemas coletivos que não poderiam ser abordados individualmente, bem como do capital humano e físico, por meio do desenvolvimento de políticas públicas de educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, entre outras. Compreende como capital humano o potencial de um ser humano transformar, interpretar e produzir, está ligado a capacidades técnicas, cognitivas; como capital social o potencial de um grupo de indivíduos em construir e manter redes sociais de maneira que essa organização e intercâmbio gerem melhorias no bem-estar social; e como capital físico, o potencial de máquinas, ferramentas e edifícios a serem utilizados na produção de bens e serviços. Este tipo de capital, por sua vez, surge da interação do capital natural, humano e social. (CEARÁ, 2013d, p. 7).

A respeito do financiamento destinado ao fomento das políticas públicas governamentais voltadas para a população mais vulnerável, seja de maneira integral ou complementar, destaca-se a atuação do FECOP³⁹:

Com base nesses objetivos, o Capítulo VII da mesma Lei Complementar, que trata das Políticas, Projetos e Projetos determina que o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP apoiará projetos divididos em duas grandes categorias: projetos assistenciais e projetos estruturantes. Tais projetos serão planejados e executados na perspectiva da intersetorialidade e transversalidade, com vistas a garantir ações integradas otimizando recursos e insumos. Os Projetos Assistenciais priorizarão ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. Enquanto os Projetos Estruturantes se destinam a população pobre para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infra-estrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre. (CEARÁ, 2013c, p. 8).

O Projeto e-Jovem é um dos 152 (cento e cinquenta e dois) projetos financiados pelos recursos do FECOP (Fundo de Combate à Pobreza), recebendo um investimento por ciclo em torno de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Entende-se que pelas suas características o *e-Jovem* se insere nos objetivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, criado pela Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2006, quais sejam: “*promover transformações estruturais que possibilitem o combate à pobreza; reduzir sistematicamente a pobreza em áreas selecionadas do Estado do Ceará; assistir as populações vulneráveis que se situam abaixo da linha de pobreza, potencializando programas e projetos, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais para a melhoria das condições de vida e garantir sobrevivência digna, investindo no capital humano, social e físico-financeiro*”. (HOLANDA; OLIVEIRA, 2008, p. 9).

Para garantir a liberação de recursos⁴⁰ para o ciclo seguinte do e-Jovem, ao final de cada ciclo do Projeto, um relatório de desempenho é submetido ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS) do FECOP para avaliação. Além disso:

[O] Conselho Consultivo de Políticas e Inclusão Social (CCPIS) deverá dar publicidade aos critérios de alocação e uso dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), encaminhando, semestralmente, à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, à Controladoria Geral do Estado (CGE) e ao Tribunal de Contas (TCE) relatório de desempenho físico-financeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre. (CEARÁ, 2013d, p. 5).

A avaliação dos resultados dos projetos financiados pelo FECOP é um importante indicativo para que a sociedade cearense possa verificar como esses projetos estão sendo

³⁹ Criado pela Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 27.379, de 1º de março de 2004, o FECOP financia – através dos impostos estaduais (mais precisamente as alíquotas do ICMS) arrecadados – políticas compensatórias, de transferência de renda, por exemplo, e políticas estruturantes voltadas para a educação, saúde, habitação, capacitação profissional para famílias cearenses abaixo da linha da pobreza. Disponível em: < <http://fecop.seplag.ce.gov.br/o-que-e-o-fecop>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

⁴⁰ A demora na liberação de recursos acaba influenciando na inconstância da programação das atividades do e-Jovem, já que ele não possui um cronograma fixo para o início de suas atividades, muitas vezes divergindo do calendário escolar estadual.

executados e de que maneira eles vêm exercendo impactos sobre o público atendido, por isso, devem ser amplamente divulgados.

Como uma política pública estadual, o e-Jovem insere-se na proposta de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional voltada para a preparação da juventude cearense para o mercado de trabalho. Assim, o Projeto e-Jovem foi planejado segundo a seguinte perspectiva:

Qual a idéia do E-Jovem? Cada ano você pega jovens que saem da escola pública e não têm nada pra fazer, são candidatos a serem marginais. Chame-os para uma coisa que gostam de fazer e ganhem dinheiro. A idéia é colocá-los em contato, principalmente, com duas linguagens que todo filho de gente rica tem, inglês e informática. O E-Jovem vai preparar uma base de 200 mil jovens. Nem todos têm competência para ser programador, mas com inglês e informática aumenta-se a empregabilidade de qualquer pessoa. (OLIVEIRA, 2008).

O e-Jovem é executado pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) em consonância com a proposta federal do Programa Brasil Profissionalizado.

Em nível estadual, o Governo do Estado do Ceará tem entre suas políticas públicas a articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, sinalizando para a consolidação de uma Proposta Pedagógica que leve em consideração a preparação básica para o trabalho, oferecendo possibilidades aos jovens estudantes de construir competências laborais para o exercício profissional. (CEARÁ, 2013a, p. 41-42).

O Programa Brasil Profissionalizado busca incentivar as redes estaduais a expandirem e modernizarem suas estruturas de ensino.

O Estado do Ceará, atendendo a uma necessidade local de formar jovens qualificados para atuarem no crescente mundo do trabalho, assume o desafio e o compromisso de implementar o Projeto e-Jovem, no campo da educação técnica e profissional, como formação complementar a jovens do Ensino Médio e egressos. Este anseio foi corroborado por um programa de governo participativo e desenvolvimentista aliado a uma conjuntura nacional favorável. Na primeira gestão do Governador Cid Ferreira Gomes (2006-2010) ocorreu um alinhamento político e estratégico com o Governo Federal do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Esta parceria decorreu da compreensão da afinidade política em relação a viabilidade de um projeto progressista de Estado que tem na Educação um pilar fundamental. Dentro deste escopo, o Ceará foi a unidade federativa mais contemplada com recursos do Programa Brasil Profissionalizado. [...] O Programa Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. (CEARÁ, 2013a, p. 5-6).

É importante ressaltar que, no caso do Projeto e-Jovem, os termos educação profissional e qualificação profissional acabam se assemelhando pelo fato do e-Jovem ser um curso de qualificação profissional ofertado pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) dentro do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI), em consonância com o Programa federal Brasil Profissionalizado, numa tentativa de integrar o trabalho à educação.

A conjuntura de mudanças nos processos produtivos e de novas exigências do mercado de trabalho exigiu um reordenamento entre a educação formal e a qualificação

profissional, isto é, a articulação entre o saber geral e a atuação para o mercado de trabalho foi um condicionante para a formulação das políticas governamentais.

Ainda no debate entre educação e qualificação profissional, deve-se levar em consideração os aspectos anteriormente levantados, que dizem respeito à inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho. Em um mercado onde cada vez se exige melhor qualificação e os empregos formais ficam cada vez mais escassos, a educação ganha importância enquanto mecanismo garantidor de sucesso profissional. (CARMO, 2003, p. 34).

Dito isto, o governo estadual adotou uma visão de que a educação é um fator de inclusão social relacionado ao crescimento econômico, como se pode observar no texto do Plano Plurianual (PPA 2008-2011).

O desafio da educação superior e profissionalizante é conectar jovens e adultos com o mercado de trabalho, ampliando capacidades e gerando conhecimento para promover as potencialidades de cada uma das regiões estaduais. O Governo está ciente de que é na educação que o Ceará baseará seu projeto de mudança. (CEARÁ, 2007, p. 39).

O papel da educação como mobilizador social também é percebido pelos jovens atendidos pelo Projeto e-Jovem, como ferramenta de crescimento profissional e pessoal, conforme a pesquisa de perfil socioeconômico do participante do e-Jovem (CEARÁ, 2013b):

Constatamos de forma bastante satisfatória que uma média de pouco mais de 96% desses estudantes, enxerga a educação como instrumento eficaz de mobilidade social, a partir da aquisição e aplicação desses instrumentos em suas atividades diárias sejam elas pessoal ou profissional. Dessa forma, percebemos por parte desses estudantes o reconhecimento da educação como ferramenta de transformação social de uma sociedade. (CEARÁ, 2013b, p. 39).

Neste contexto que atrela a educação ao desenvolvimento econômico, a escola foi chamada “a repensar suas pedagogias e práticas de ensino, objetivando formar um novo homem que possa responder aos desafios contemporâneos da sociedade capitalista e do mundo do trabalho.” (GOES, 2011, p. 93).

Estima-se que, até o final deste século, aproximadamente dois terços de todo o trabalho profissional envolverão algum tipo de informação computadorizada, o que exigirá das escolas um ajustamento à sociedade na qual elas operam, através de uma mudança de paradigma e da preparação dos alunos para a aquisição de habilidades essenciais, a partir da incorporação das TIC's ao currículo escolar, de uma maneira significativa. (VASCONCELOS et al.2005, p. 2654).

O discurso governista apontou como causa maior do desemprego a falta de qualificação profissional mais moderna para acompanhar as exigências do mercado e mudanças tecnológicas que atuavam nos processos produtivos. Esse viés influenciou as políticas públicas – e no caso do Ceará não foi diferente – concebendo a formação profissional dentro das escolas como uma adaptação ao setor produtivo, integrando o trabalho, as tecnologias e as ciências à educação.

Na era do conhecimento em consequência, especialmente, pela informatização e globalização, a educação precisa pensar novas formas de inserir o aluno na sociedade do conhecimento, uma vez que ela traz múltiplas oportunidades. No entanto, o grande desafio é fazer com que a educação do futuro desenvolva novas abordagens de ensino para atender as novas abordagens à aprendizagem e, contudo, não seja excluyente, pois o conhecimento deve ser disponibilizado a todos. (OLIVEIRA, 2011, p. 30).

Na perspectiva de qualificação profissional utilizando as novas tecnologias, Goes (2001, p. 110) aponta que o Estado foi o principal parceiro na tentativa de integração dos jovens à sociedade do conhecimento, dessa forma “a educação profissional e a escolar financiadas com recursos públicos ganham uma importância para a maioria da população que não pode arcar com sua formação educacional/profissional [...]”

Segundo a pesquisa de perfil socioeconômico do participante do e-Jovem (CEARÁ, 2013b), os participantes acreditam que o trabalho lhes confere responsabilidade e autonomia financeira (vide anexo A). A motivação do público para cursar o e-Jovem, foi a busca pelo conhecimento e pela perspectiva de emancipação familiar após a conquista de um posto de trabalho (vide anexo E). Por isso, a juventude que anseia por melhores oportunidades de trabalho considera a qualificação profissional como forma de diminuir as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Ainda de acordo com a pesquisa, ao analisar o impacto do e-Jovem na vida pessoal e profissional dos alunos, a maioria afirmou que o Projeto vem atuando ativamente na projeção dos seus projetos futuros (vide anexo B).

[O] e-Jovem impacta na projeção de planos futuros desses estudantes, na medida, que eles conseguem alargar os seus horizontes de vida, que vão além da conclusão do ensino médio. [...] Assim obtivemos um resultado animador ao ver que uma média de cerca de 70% dos participantes do projeto pretendem cursar uma faculdade, enquanto mais de 15% nas três realidades analisadas pretendem continuar estudando após o término do ensino médio, com cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional. (CEARÁ, 2013b, p. 35).

Aliado à qualificação profissional, o e-Jovem também busca promover a inclusão digital ao conferir acesso ao estudo da informática básica (no Módulo 1) e da informática avançada (no Módulo 2), além de estimular o uso das novas tecnologias como forma de acesso ao mundo do trabalho. Bonilla e Pretto (2000, p. 1) observam que:

De um modo geral, as políticas públicas brasileiras vêm sendo direcionadas para a modernização de todos os setores da sociedade. Para tanto, investe-se maciçamente em tecnologia, buscando com isso atingir estágios superiores de desenvolvimento das forças produtivas e da organização política e social. Investe-se também na formação da opinião com o objetivo de disseminar uma nova cultura, um ideal de modernidade, sendo o computador e toda a tecnologia assessória o símbolo dessa nova era.

De acordo com um de seus idealizadores, o professor Mauro Oliveira, o e-Jovem surgiu da necessidade de universalizar a cultura digital no Ceará e de fornecer mão de obra para o crescente cenário de uso das novas tecnologias que vinha se desenhando na conjuntura cearense de desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento do Cinturão Digital e a abertura de mercado *opensource*⁴¹, por exemplo.

O acesso à educação dos jovens, com foco na área de TIC, oferece uma autonomia para buscar meios de inserção no mundo de trabalho. Assim, os educandos vivenciam processos que os permitirá uma nova oportunidade de crescimento profissional, melhoria do desempenho dos indicadores educacionais e qualificação profissional. (CEARÁ, 2013a, p. 7).

Vale destacar que o Cinturão Digital ainda encontra-se em fase de implementação nas escolas estaduais o que acaba dificultando o acesso às novas tecnologias nestes espaços. Além disso, os laboratórios de informática de algumas escolas enfrentam problemas estruturais, como a precariedade ou falta de computadores. Estes fatos acabam influenciando na aplicabilidade do Projeto e-Jovem nas escolas, como foi observado por Fontenele (2013, p. 88):

Outros problemas evidenciados a partir do que foi observado nesta pesquisa guardam relação com duas situações específicas dos laboratórios de informática das escolas. Uma delas é que muitas escolas ainda estão utilizando nesses ambientes os mesmos computadores que utilizavam em 2007. A outra situação, que inviabiliza ainda mais o bom andamento do e-Jovem, refere-se à qualidade da internet disponibilizada nas escolas, sendo inadequada e lenta para o padrão esperado. Ambas as situações impossibilitam, em diversas ocasiões, a execução de alguns programas e aplicativos, além de comprometerem as atividades propostas nas plataformas educacionais. Mais uma vez, destaco que esse problema é outro fatos (sic) que compromete a boa formação dos alunos atendidos pelo projeto.

O relatório de avaliação de impacto de projetos financiados pelo FECOP (CEARÁ, 2013c) – embora não discorra a respeito da inclusão digital – afirma que o Projeto e-Jovem auxilia no desenvolvimento do capital humano, ampliando os conhecimentos dos alunos e as suas chances de inserção no mercado. Porém, ainda possui baixa relevância no quesito de melhoria da qualidade de vida dos jovens atendidos.

Os indicadores quantitativos e qualitativos apontam que o objetivo principal que é o da qualificação profissional, vem sendo atingido. No entanto, não foram observados impactos significativos nos demais índices [...] uma vez que a melhoria da qualidade de vida dos jovens envolve outras políticas como saúde, educação, habitação, dentre outras, as quais fogem ao escopo do projeto. (CEARÁ, 2013c, p. 23-24).

⁴¹ O Mercado *opensource*, ou código aberto, surgiu como uma alternativa ao uso de *softwares* proprietários, expandindo novas bases de negócios e de serviços baseados no *software livre* e movimentando a economia global.

A respeito da efetivação da inclusão digital dos jovens cearenses, será necessário elaborar estudos posteriores para verificar em que medida o Projeto e-Jovem vem proporcionando a inclusão sócio-digital. Por esse motivo:

Destaca-se a necessidade de criação de um Observatório de Inclusão Digital Estadual, que seja fortalecido por um fórum permanente de discussões sobre Inclusão Digital e por um Grupo de Trabalho proveniente de cada secretária responsável pelo respectivo programa de Inclusão Digital, objetivando pesquisar a repercussão das políticas de inclusão, como também analisar os seus impactos. Os resultados obtidos nessa avaliação possibilitarão o atestado de eficiência no uso dos recursos. No caso de resultados negativos apresentação de sugestões para a melhoria dos resultados de alternativas para o incremento de resultados. (SOUZA, 2009, p. 8).

É importante notar que conceder somente a qualificação profissional, de maneira isolada, não garante a ocupação e a redução significativa das taxas de desemprego para os jovens. Também foi detectado que, embora o Projeto e-Jovem venha incentivando a empregabilidade via concessão de bolsas de estágio para os alunos do módulo 2, ele não garante a absorção dos alunos formados no mercado de trabalho em TICs ou a sua verdadeira inserção após os seis meses de duração da bolsa-estágio.

Por esse motivo, afirma Gonzalez (2009), a eficácia das políticas públicas de qualificação profissional é questionável, pois é necessária a constante criação de postos de trabalho para absorver essa parcela jovem qualificada e assim diminuir o seu problema de acesso ao trabalho. Também é preciso verificar de que maneira as empresas absorverão essa parcela qualificada e se garantirão efetivamente uma melhor remuneração.

A proposta de qualificar jovens para o mundo do trabalho e contribuir para a superação da vulnerabilidade social da comunidade é um dos desafios das políticas públicas do Ceará com o apoio do FECOP. Portanto, para que o trabalho seja considerado impactante no sentido dos objetivos maiores do Fundo é importante que os resultados caminhem em direção não só do combate à pobreza, mas também do que a OIT considera como trabalho decente: a experiência deve contribuir para a criação de empregos, ampliação da proteção social, respeito aos direitos trabalhistas e existência de espaços e mecanismos de diálogo social que envolva governos, empregadores e trabalhadores. (FROTA; SILVA, 2013, p.318).

Concordando com Andrade (2010), faz-se necessária a integração da educação profissional às políticas de emprego e renda para a juventude cearense com o intuito de promover mudanças significativas na sociedade. A qualificação empreendida pelo Projeto e-Jovem pode auxiliar a juventude cearense no acesso ao emprego, colaborar na inclusão social dos jovens cearenses, gerar renda, além de desenvolver o Estado economicamente somente se for articulada com outras políticas públicas que preconizem a absorção dessa mão de obra qualificada. É o que atenta Goes (2011, p. 14):

Um dos problemas evidenciados na história das políticas públicas estatais no Brasil é a distância entre os objetivos proclamados e as ações efetivamente implementadas. Em geral, esses projetos não são acompanhados de uma política que assegure a sua

continuidade. No caso particular da qualificação profissional da juventude, entendemos que se faz necessária a articulação desses projetos com políticas públicas mais amplas que assegurem emprego e renda.

Por isso, o e-Jovem, para se destacar como uma efetiva ação governamental de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital, além da articulação com outras políticas públicas de juventude, também deve aplicar medidas corretivas ou de aperfeiçoamento para os próximos ciclos baseando-se em avaliações permanentes – além do relatório de prestação de contas do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) que é realizado periodicamente – para mensurar a atuação do Projeto e-Jovem a cada ciclo, desenvolvendo uma pesquisa sobre a trajetória pós-curso dos jovens atendidos pelo Projeto (em que área eles estão empregados, por exemplo) e uma análise sobre a metodologia de realização do curso, se a mesma está sendo satisfatória ou não, além de divulgar seus resultados para o seu público, equipe de colaboradores e instituições parceiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou investigar de que maneira o Projeto e-Jovem se desenvolve como uma política governamental que oportuniza a inclusão sócio-digital e a qualificação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para a juventude cearense, levando em conta duas vertentes de políticas públicas que o projeto abrange: a da inclusão digital e de qualificação profissional. Para tanto, foi baseada na observação de dados sobre os aspectos de implementação do e-Jovem, além da análise textual de documentos oficiais do projeto.

O recorte histórico traçado foi o período de intensificação do uso das inovações tecnológicas que vem provocando sérias alterações qualitativas no mundo contemporâneo ao romper as barreiras de tempo e espaço na apropriação dos conhecimentos, no pensar e no agir de cada sujeito, além da própria relação consigo mesmo, com os outros indivíduos e com o mundo que o rodeia.

O incremento do uso das novas tecnologias também acabou modificando o mundo de trabalho, sua organização, seus processos e a dinâmica das relações trabalhistas. O mercado de trabalho atual cada vez mais acirrado vem exigindo dos sujeitos uma melhor qualificação, aprimoramento profissional e desenvolvimento de habilidades, tais como: capacidade de assimilação/ aprendizagem instantânea, adaptabilidade às mudanças, proatividade, senso de responsabilidade, capacidade de vencer desafios e principalmente, ter familiaridade com a tecnologia.

As constantes transformações ocasionadas pela ampliação da utilização das TICs impulsionou o crescimento da “Sociedade da Informação” e a demanda pela inclusão digital, sem contar que também exigiu dos sujeitos o desenvolvimento de novas competências frente aos avanços tecnológicos. No entanto, este cenário também denota a exclusão digital que concede acesso desigual dos sujeitos às inovações tecnológicas e acaba expondo mais uma dimensão do panorama das desigualdades preexistentes.

Assim, a inclusão digital e a qualificação profissional ganharam destaque na agenda das políticas públicas brasileiras sendo preconizadas como fatores de empregabilidade, de mobilidade social, de melhoria dos indicadores de renda e de desenvolvimento econômico do país e demandaram a criação de políticas públicas específicas para estes setores.

A educação foi diretamente articulada à qualificação profissional e também foi compreendida como passaporte para a empregabilidade com o objetivo de preparar e adequar os sujeitos às exigências do mundo de trabalho, uma vez que a capacitação profissional garante a socialização dos sujeitos com o mercado de trabalho e eleva as suas habilidades produtivas.

Esse contexto da “Sociedade da Informação” afetou ativamente na inserção produtiva da juventude, que apesar de ser uma parcela considerável da população economicamente ativa (PEA) e estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do país, também é o grupo mais afetado pelas desigualdades.

A juventude tem vivenciado o contato com as novas tecnologias e com as incessantes mudanças tecnológicas que transformam os modos de vida e o mundo do trabalho. Por esse motivo, a sua qualificação profissional e a sua inclusão digital constituem-se como desafios determinantes tanto para o desenvolvimento econômico e político quanto para a realização individual e para a construção de uma sociedade mais igualitária. Daí constitui tarefa das políticas públicas oferecer capacitação profissional e inclusão digital para este público.

Durante a realização deste estudo foi percebido o viés que influenciou a institucionalização das políticas públicas do governo do Estado do Ceará seguiu a correlação entre a qualificação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o aumento da possibilidade de conquistar uma vaga de emprego.

Como exemplo deste viés, esta dissertação destaca o Projeto e-Jovem como ação do governo do Estado do Ceará integrada ao Programa Brasil Profissionalizado, que vem desde 2007, unindo a educação profissional de seus alunos – egressos ou cursando o ensino médio – à inclusão digital como fatores de melhoria das condições de vida dos jovens cearenses.

Além disso, o e-Jovem também surgiu para atender a necessidade de mão-de-obra para trabalhar com o mercado tecnológico impulsionado pelo incremento do Cinturão Digital no Ceará. Assim, o Projeto e-Jovem acaba oportunizando aos jovens atendidos uma nova perspectiva de futuro através da qualificação técnico-profissionalizante em TICs e também auxilia no incremento da economia local.

É importante destacar que Projeto e-Jovem é uma das políticas governamentais que foram preconizadas pelo Plano Plurianual (PPA) de 2008-2011, durante a gestão do governador Cid Ferreira Gomes, apoiadas nos eixos: Sociedade Justa e Igualitária; Economia para uma vida melhor e Gestão Ética Eficiente e Participativa. Além de ser um dos 152 projetos com suas ações financiadas pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP).

Nesta pesquisa, também foi detectado que é necessário compreender o caráter dual que o trabalho adquire para os jovens, ao mesmo tempo que é uma adequação ao mercado de trabalho também é fonte de autoestima e de realização pessoal. O público do e-Jovem enxerga o Projeto como um passaporte para a empregabilidade, destacando que a entrada dos jovens no mercado consumidor ativo e a busca pela autonomia financeira são novas demandas para a iniciação laboral da juventude, para além da necessidade de complementar ou ajudar na renda da família.

O Projeto e-Jovem atua como uma ação governamental voltada para o atendimento a jovens alunos e egressos das escolas públicas estaduais – muitos em situação de vulnerabilidade social – por meio da preparação para o trabalho, do uso das novas tecnologias, da continuidade dos estudos, da formação para a cidadania e do desenvolvimento de trabalhos comunitários, estimulados no conteúdo de Preparação para o Trabalho e Práticas Sociais (PTPS).

Os alunos do e-Jovem têm a oportunidade de iniciar seus estudos em informática, com ênfase no *Software Livre*, no Módulo 1, além de aprimorar seu aprendizado na área de informática avançada, no Módulo 2. Essa preparação para o mundo do trabalho ajuda significativamente na ampliação das chances de inserção no mercado de trabalho e na geração de emprego e renda.

De acordo com a avaliação do Projeto e-Jovem realizada pelo Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP) em 2013, foi visto que o objetivo de qualificação profissional vem sendo atingido a cada ciclo. Porém, é importante frisar que apenas a qualificação profissional em TICs oferecida pelo Projeto e-Jovem, de maneira isolada, não garante o emprego para os jovens e a falta de integração do Projeto com políticas de geração de emprego e renda foi um problema detectado pela pesquisa.

Mesmo com a concessão de bolsas de estágio com duração de seis meses aos alunos do Módulo 2, na condição de estagiários ou de menores aprendizes, não garante a efetivação dos alunos após o estágio, o que seria imprescindível para absorver essa parcela jovem qualificada, além disso, é preciso acompanhar periodicamente de que forma o mercado se comporta diante dessa mão de obra.

No quesito da inclusão digital, foi verificado que o acesso às novas tecnologias vem enfrentando problemas de infraestrutura nos laboratórios de informática de algumas escolas estaduais, além da não-ativação completa do Cinturão Digital que confere uma conexão à *internet* deficiente e acaba influenciando no bom andamento do curso no tocante ao acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Diante do exposto, pode-se inferir que o Projeto e-Jovem caracteriza-se como uma política governamental que trabalha com aspectos do Programa federal Brasil Profissionalizado ao integrar a qualificação profissional ao ensino médio e com o Cinturão Digital, pois atua como uma iniciativa estadual de inclusão digital. Ou seja, o e-Jovem tece uma correlação entre a oferta de formação profissional em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o trabalhador jovem – percebendo o uso das novas tecnologias uma exigência da “Sociedade da Informação”– com a oportunidade de inclusão digital, porém precisa de ajustes.

O maior desafio para a continuidade do Projeto e-Jovem como uma política governamental de qualificação profissional e de inclusão sócio-digital dos jovens cearenses é promover a necessária articulação com outras políticas públicas de juventude – principalmente a política pública relacionada à geração de emprego e renda – de forma a contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas dos jovens cearenses e para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Participação e direitos: como a juventude brasileira está se tornando sujeito. **Revista Onda Jovem**, São Paulo, n.5, p. 34-37, jul./out. 2006. Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/pt-br/fiqueDentro/Publicaes/ed05_Onda_Jovem_Direitos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 5 e 6, p. 25-36, mai./dez. 1997. Disponível em: <http://portal_anped.verkn.com.br/rbe/edicoes/numeros-antiores>. Acesso em: 04 abr. 2014.

AFONSO, Carlos A. Políticas Públicas e Inclusão Digital. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2006**. São Paulo, 2007, p. 47-53. Disponível em: <<http://www.cgi.br/publicacao/politicas-publicas-e-inclusao-digital/48>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p.327-340, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf>>. Acesso em: 14 mar.2014.

ALVES, Christiane Luci Bezerra; PAULO, Evânio Mascarenhas. Mercado de trabalho e juventude no Ceará: cenários contemporâneos. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2012, **Anais...** São Paulo: ABEP, 2012, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER%5B419%5DABEP2012.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

AMARAL, Marcelo Parreira do; WALTHER, Andreas. Juventude, educação e trabalho: teorizando a regulação de trajetórias educacionais e a transição escola-trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p. 15-35.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. Políticas Públicas para a Educação Profissional no Brasil – as bases e os caminhos da reforma e da contra-reforma. **O público e o privado**, Fortaleza, v. 5, p. 177-190, jan./jun. 2005.

_____. A Política de Educação Profissional no Brasil e no Ceará: O desafio da articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional. In: CONGRESSO IBERO-LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2010, Lisboa (PT); Cáceres (ES). **Cadernos ANPAE**. Niterói: ANPAE, 2010. p.1-11. Disponível em: <www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/40.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

AQUINO, Luseni. A Juventude como foco das Políticas Públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 25- 39. Disponível em: <

http://www.redligare.org/IMG/pdf/juventude_politicas_sociais_brasil.pdf . Acesso em: 12 abr. 2014.

AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v.1, n.1, p. 46-53, jun. 2008. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

BARBALHO, Alexandre. **A criação está no ar: juventudes, política, cultura e mídia**. Fortaleza: EdUECE, 2013.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. trad. Denice Barbosa Catani. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 5 e 6, p. 76-95. mai./dez.1997. Disponível em: < http://portal_anped.verkn.com.br/rbe/edicoes/numeros-antiores>. Acesso em: 04 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação. Decretos. 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 01 maio. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Portal da Legislação. Decretos. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm>. Acesso em: 02 maio. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art1>. Acesso em: 01 maio. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ: 2003-2007**. Brasília: MTE, SPPE, 2003. Disponível em: <http://www.trabalho.al.gov.br/configuracao/arquivos/manuais/Pnq_2003_07.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010**. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2011. 116p. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/reflexoes-sobre-a-politica-nacional-de-juventude-2003-2011>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Imprensa Nacional, 2013. 36p. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

BERGER FILHO, Ruy Leite. Educação Profissional no Brasil: novos rumos. **Revista Iberoamericana de Educación**, La Rioja, n. 20, p. 87-106, maio./ago. 1999. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie20a03.PDF>>. Acesso em: 02 maio. 2014.

BEZERRA, Júlio César Cavalcante. **Ei!Jovem: Rede Social Educacional Colaborativa para Professores e Alunos**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Computação Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2012.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Políticas Brasileiras de Educação e Informática**. 2000. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~bonilla/politicas.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

BRITO, Maria Meirilene Lopes de. **Juventude, Pobreza e Trabalho: Desafios para o mundo contemporâneo**. 2006, Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

BURINI, Débora. O reflexo das políticas públicas de ‘inclusão digital’ no processo de democratização na sociedade da informação brasileira. In: VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE COMUNICAÇÃO – CELACOM, 2004, São Paulo, **Anais...** São Bernardo do Campo: Metodista, 2004. p. 1-9. Disponível em: <<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/b/b4/GT6Texto008.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

BUSSINGUER, Marcela de Azevedo. **Política pública e inclusão social: o papel do direito do trabalho**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_BussinguerMA_1.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CARAJABAL, Ademar Alberto. **Tem gente jovem atrás da máquina: A Educação Profissional em uma fábrica de calçados: Um estudo de caso**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8554/000580524.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

CARMO, Frederico César do. **Educação e Qualificação Profissional: Uma discussão junto aos egressos do PLANFOR em MG**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1063/1/tese.pdf>>. Acesso em: 02 maio. 2014.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n.2, p.277-292, mar./abr. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6439/5023>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

CARVALHO, Maria de Lourdes de; BARBOSA, Telma Regina da Costa Guimarães; SOARES, Jeferson Boecha. Implementação de Política Pública: Uma Abordagem Teórica e Crítica. In: X COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GÉSTION UNIVERSITARIA EM AMERICA DEL SUR, 2010, Mar del Plata, **Anais...** Mar del Plata: Universidade Nacional del Mar del Plata, 2010. p. 1-13. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/214.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet:** Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. Resenha de: ALVES, Ana Paula Andrade. [disponível no site de Resenhas Educativas]. Universidade do Minho: Braga, Portugal, 2006. Disponível em: <<http://www.edrev.info/reviews/revp49.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas-políticas de/para/com juventude. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v.19, n.2, p.19-46, 2002. Disponível em: <http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/311/pdf_292>. Acesso em: 19 jun. 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.redligare.org/IMG/pdf/juventude_politicas_sociais_brasil.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014

CAVALHEIRO, Maria Eloísa; JUCHEM, Dionise Magna. Políticas Públicas: Uma análise mais apurada sobre Governança e Governabilidade. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n.1, p. 1-11, jul. 2009.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual** (PPA 2008-2011). Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/index.php/planejamento/plano-plurianual-ppa->>. Acesso em: 26 abr. 2014

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Relatório de acompanhamento do desempenho Swap II missão do Banco Mundial 14 – 17 de dezembro de 2009**. Fortaleza: IPECE, 2009. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/reunioes/relatorio_de_acompanhamento_II.pdf> Acesso em: 03 jun. 2014.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado. **Estrutura Didático-Pedagógica Projeto e-Jovem**. Fortaleza: SEDUC, 2009. Disponível em: <http://www.ed.net.br/ejovemce2010/portaNovo/formularios/apoio/arquivos/apoio5176_propostapedagogica2010.pdf>. Acesso em 03 jun. 2014.

_____. **Plano de Curso Projeto e-Jovem**. Fortaleza: SEDUC, 2012.

_____. **Projeto Político-Pedagógico Projeto e-Jovem**. Fortaleza: SEDUC, 2013a.

_____. **Análise da variação do perfil socioeconômico do participante do e-Jovem: antes e depois do curso.** Fortaleza: SEDUC, 2013b.

_____. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Avaliação de Impacto dos Projetos Financiados pelo FECOP.** Fortaleza: SEPLAG, 2013c. Disponível em: <<http://fecop.seplag.ce.gov.br/downloads/fecop-1/Relatorio-de-Avaliacao-de-Projetos-2013.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

_____. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Prestação de Contas e Relatório de Desempenho do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.** Fortaleza: SEPLAG, 2013d. Disponível em: <<http://fecop.seplag.ce.gov.br/relatorios/relatorio-desempenho-2- semestre-2013.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

CHIESI, Antonio; MARTINELLI, Alberto. trad. Nilson Moulin. O trabalho como escolha e oportunidade. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, n. 5 e 6, p. 110-125, mai./dez. 1997. Disponível em: <http://portal_anped.verkn.com.br/rbe/edicoes/numeros-anteriores>. Acesso em: 04 abr. 2014.

CLEMENTINO, Josbertini Virginio. **As Políticas de Juventude na Agenda Pública Brasileira: Desafios e perspectivas.** 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

COSTA, Leonardo Figueiredo; LEMOS, André. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación.** v.8. n.6, p. 104-119, set./dez, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/415/533>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

DAMASCENO, Handherson Leylton Costa; BONILLA, Maria Helena Silveira; PASSOS, Maria Sigmar Coutinho. Inclusão digital no Proinfo integrado: perspectivas de uma política governamental. **Revista Inclusão Social.** v.5. n.2, p. 32-42, jan/jul, 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/302/274>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Tereza, (Orgs.). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa.** Salvador: EDUFBA/São Cristóvão: EDUFES, 2009. p. 271-288. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3w52w/12>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: Pelos outros e por elas mesmas. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2008, Lisboa, **Anais...** Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa, 2008. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

FERRETI, Celso João. Educação profissional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/253.pdf>> . Acesso em: 13 jun. 2014.

FONTENELE, Paulo Sérgio. **O Projeto E-Jovem no Estado do Ceará: perspectivas, análise e desafios**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2010-paulo-sergio-fontenele.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, p.211-259, 2000. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 18 maio. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n.37, p. 417-442, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1593/1479>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

FROTA, Francisco Horácio da Silva; SILVA, Maria Andréa Luz da. Qualificação de jovens para o trabalho: uma experiência de combate à pobreza. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p.311-332.

FURNIVAL, Ariadne Chloë; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes. (Orgs.). Introdução. In: _____. **Informação e Conhecimento: Aproximando áreas de saber**. São Carlos, SP: Ed UFSCar, 2005. p. 15-27.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOES, Glória Maria Vasconcelos. **Fundamentos, princípios e objetivos de uma política de qualificação profissional: Projeto Juventude Empreendedora**. 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/politicassuece/dmdocuments/gloria_maria_vasconcelos_goes.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de Emprego para jovens: Entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 109-128. Disponível em: <http://www.redligare.org/IMG/pdf/juventude_politicas_sociais_brasil.pdf> . Acesso em: 09 jul. 2014.

GROPPO, Luís Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, n. 25, p. 9- 22, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/cap0125.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel e Branco; MARTONI, Pedro Paulo. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Perseu Abramo, 2004. p. 1-27.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLANDA, Mauricio; OLIVEIRA, Mauro. **Projeto e-Jovem: Termo de Referência**. Fortaleza: SEDUC, 2008. Disponível em: <<http://amaurooliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-projeto-e-jovem-termo-de-referenc3aancia.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013**. n. 32. Rio de Janeiro, 2013, 269p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2012. v. 32. Rio de Janeiro, 2012, 134 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2012_v32_br.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. **Avaliação do Projeto e-Jovem**. Fortaleza: IETS, 2010. Disponível em: <<http://www.iets.inf.br/IMG/pdf/doc-2062.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

JOAQUIM, Carlos Vicente. **Inclusão Digital**. Mito ou realidade: a experiência de Roraima. 2009. Dissertação. Mestrado (Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, Maranhão. 2009. Disponível em: <<http://www.pgpp.ufma.br/busca/download.php?id=128>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

LEAL, Maria Lindalva Gomes. **As repercussões das novas políticas educacionais na formação profissional do aluno no CEFET-CE e na sua inserção no mercado de trabalho**. 2003. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/42-marialindalvagomesleal1?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 13 jun. 2014.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Pedagogia da cidadania tutelada: lapidar corpos e mentes.** Uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/pedagogia-da-cidadania-tutelada-lapidar-corpos-e-mentes-uma-analise-de-um-programa-federal-de-inclusao-social-para-jovens-pobres/wppa_open/>. Acesso em: 24 jun. 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** trad.de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Ana Maria Moraes de Albuquerque. **Inclusão Digital e Protagonismo Juvenil: Um estudo em dois centros de Tecnologia comunitária.** 2005. Dissertação. Mestrado (Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1026>. Acesso em: 11 ago. 2013.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas Analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2013, v.21, n.48, p.101-110, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a06v21n48.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

LÜDKE, M; ANDRÉ, Meda. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU,1986.

MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição.** Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Sousa. Metodologia qualitativa da pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MATOS, Adriana dos Santos. et al. **Um estudo sobre Educação à Distância, sua regulamentação e tecnologias utilizadas.** Brasília, DF, julho de 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/darrochella/um-estudo-sobre-educao-distncia-sua-regulamentao-e-tecnologias-utilizadas>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 13, n.1, p. 67-94, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/issue/view/30>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

MORAN, José Manuel. **A educação a distância como opção estratégica.** 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/estrategica.html>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

MOREIRA, Renato Ângelo de Almeida. **O Florescer da Rosa Digital: Perspectivas para a formação da cidadania digital em um estudo sobre a escola de Informática e Cidadania (Fortaleza - CE).** 2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/84-renatoangelo1?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 25 ago. 2013.

NASCIMENTO, Adriane Suely Rodrigues do. **Financiamento e educação profissional: análise do Programa Brasil Profissionalizado no Estado do Pará.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://www.ppped.belemvirtual.com.br/arquivos/File/adriane_mest2012.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social: Introdução às suas técnicas.** 2. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Prefácio. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009. p. 15- 22.

NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Trojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho. (Orgs.). **Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas.** São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

OLIVEIRA, Antonio Mauro B. **Algo melhor que a Refinaria.** Jornal O POVO. Fortaleza, 06 jul. 2008. Páginas Azuis. 2008. Entrevista concedida a Demetri Túlio e Cláudio Ribeiro. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2008/07/06/noticiasjornalpaginasazuis,802283/algo-melhor-que-a-refinaria.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

OLIVEIRA, Hérica Queiroz. **Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação e Inclusão sócio-digital: uma avaliação do Programa de Informática na Educação – PROINFO em Fortaleza.** 2011. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

ORTIZ, Guilherme. Sugestões de Políticas Públicas Municipais para a Juventude: uma contribuição de Guilherme Ortiz, Cientista Político. In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. **Políticas públicas para a juventude.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 45-62. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2686/politicas_publicas_juventude.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 fev. 2014

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social,** Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/A_construcao_sociologica_da_juventude_0.pdf> . Acesso em: 21 abr. 2014.

PASQUALOTTI, Adriano. **Comunicação, tecnologia e envelhecimento: significação da interação na era da informação.** Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

PAULON, Simone Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindros e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** Rio de Janeiro, ano 10, n.1, p. 85-102, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

POCHMANN, Marcio. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p. 383-399, 2004. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/educacao-e-trabalho>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “Indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. (Org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

REGO, Bruno Paulo Castendo. Cidadania Digital e Redes Sociais: A ampliação do horizonte cívico a novos mecanismos de participação política. In: COLÓQUIO CIDADANIA E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, 2012, Lisboa, **Anais...** Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2012. p. 1-7. Disponível em: <<http://cfc.ul.pt/projectos/cidadania/coloquio/Comunicacoes/BrunoRego.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2014.

SANTOS, Maria Cristina Magalhães Neiva. A Modalidade Abrigo no Contexto da Política Pública de Proteção à Infância. In: FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. (Orgs.). **Família, Gênero e Geração: Temas Transversais**. Fortaleza: EdUECE, 2004. p. 117-142.

SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico. A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana. (Orgs.). **Ontologia, Estética e Crise estrutural do capital**. Campina Grande: EdUFCG; Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 15-36.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p.73-88.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: Avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 43- 69. Disponível em: <http://www.redligare.org/IMG/pdf/juventude_politicas_sociais_brasil.pdf> .Acesso em: 12 abr. 2014.

SILVA, Fabiano P. A sociologia brasileira e os primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil. **Caos Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 16, p. 1-10, set. 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero16.html>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SILVA, Helena, et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**. v.34, n.1, p. 28-36, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SILVA, Maria Aline da. Educação Profissional-Tecnológica no contexto da Educação para todos: Uma análise Onto-histórica. In: V FIDED – FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 2013, Bahia, **Anais...** Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013. p. 1-32. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_1733_698780b825e05ee4721869fe4cfacc3f.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2014.

SOARES, Mariza. Juventude e políticas de qualificação profissional ProJovem trabalhador – a experiência de Pernambuco. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p.287-309.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília, DF: Unesco, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n. 16, p. 20-45, jul./dez.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SOUZA, Karine Pinheiro de. **Políticas de Inclusão Digital e suas repercussões no Estado do Ceará**. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp119046.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.

_____. **Políticas de Inclusão Digital e suas repercussões no Estado do Ceará**. In: 15º CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. 2009, Fortaleza: ABED, 2009. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/2462009173527.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, Juventude e Qualificação Profissional: A Pedagogia da Hegemonia das Políticas de Inclusão de jovens no Brasil. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA UFPR, 2009, **Anais...** Curitiba: UFPR, 2009. p.1-18. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT5%20online/EixoII/trabalho-juventude-JoseSouza.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, Oscar Dávila. **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-politicas-publicas-no-brasil>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

TAHIM, Demetrius Oliveira; SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. Considerações sobre o Projeto e-Jovem (SEDUC/CE) a partir dos conceitos de broadcast e interatividade. In: SIED/EnPED. Simpósio Internacional de Educação a Distância/ Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. 2012, São Paulo, **Anais...** São Paulo: UFSCar, 2012. p. 1-14.

Disponível em: <<http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/Trabalhos/218-1021-1-ED.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

UCHOA, Carlos Frederico A.; MENEZES, Wilson F. A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p.105-132.

VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. et al. Inclusão Digital e Social: Um Exemplo da Formação Profissionalizante para Jovens com o uso de Tecnologias Computacionais. 2005. **XXV Congresso da Sociedade Brasileira de Computação. XXII Workshop de Informática na Escola**. UNISINOS, 2005. Disponível em: <<http://ceie-sbc.educacao.ws/pub/index.php/wie/article/download/844/830>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

VICTORIO, Antônio Carlos. **Educação Profissional e Técnica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. 2013. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília – FE/UNB, Brasília, 2013. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/6165/1/2013_%20AntonioCarlosVictorio.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2014.

VIEIRA, Gabriela Teixeira. et al. A Utilização da idéia de ‘empoderamento’ em Políticas Públicas e ações da Sociedade Civil. Cadernos Gestão Social. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**. Bahia, v.2, n. 1, p. 135-148, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/63/pdf_8. Acesso em: 11 ago. 2013.

ZIONI, Fabiola. Exclusão Social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, São Paulo. v.15, n.3, p. 15-29, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7491/9004>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

ANEXOS

ANEXO A – MOTIVAÇÕES DO ALUNO e-JOVEM PARA TER UM TRABALHO

Dos itens abaixo, qual é para você o motivo mais importante para se ter um trabalho	Concorda	Capital	Interior do Estado	Região Metropolitana
Para ter mais responsabilidade	Não	70,25%	75,97%	67,47%
	Sim	29,75%	24,03%	32,53%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%
Independência financeira	Não	36,39%	42,72%	41,10%
	Sim	63,61%	57,28%	58,90%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%
Adquirir experiência	Não	54,59%	60,52%	54,79%
	Sim	45,41%	39,48%	45,21%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%
Crescer profissionalmente	Não	34,02%	33,09%	31,85%
	Sim	65,98%	66,91%	68,15%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%
Sentir-me útil	Não	85,13%	86,25%	85,62%
	Sim	14,87%	13,75%	14,38%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%
Para fazer amigos, conhecer pessoas.	Não	89,72%	93,53%	92,12%
	Sim	10,28%	6,47%	7,88%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%
Não acho importante ter um trabalho	Não	99,84%	99,92%	99,66%
	Sim	0,16%	0,08%	0,34%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 17 – Distribuição do motivo mais importante para se ter um trabalho por região.

Fonte: CEARÁ, 2013b, p. 28.

ANEXO B – PLANOS DO ALUNO e-JOVEM PARA O FUTURO

Quais seus planos para o futuro	Capital	Interior do Estado	Região Metropolitana
Arranjar um emprego na área desejada e continuar estudando	34,97%	34,87%	36,30%
Conseguir qualquer emprego o mais rápido possível	0,47%	0,97%	1,37%
Envolver-se em projeto de desenvolvimento de minha comunidade	0,16%	0,65%	0,34%
Fazer algum curso técnico-profissionalizante	4,59%	3,56%	6,51%
Ganhar dinheiro com meu próprio negócio	8,70%	14,16%	11,30%
Não tenho planos	0,63%	0,57%	0,00%
Outros planos	2,06%	1,70%	2,74%
Prestar um concurso e trabalhar no setor público	15,66%	9,79%	8,56%
Ter um diploma universitário para conseguir um bom emprego	32,75%	33,74%	32,88%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 28 – Distribuição segundo os planos para o futuro dos estudantes por região.

Fonte: CEARÁ, 2013b, p. 36.

ANEXO C – FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS e-JOVEM

Faixa etária	Capital	Interior do Estado	Região Metropolitana
Menos de 15 anos	0,79%	0,81%	1,71%
De 16 a 18 anos	53,32%	43,93%	45,55%
De 19 a 21 anos	23,89%	28,32%	29,79%
De 22 a 24 anos	7,28%	12,30%	12,33%
Mais de 25 anos	14,72%	14,64%	10,62%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 03 – Distribuição da faixa etária por região.

Fonte: CEARÁ, 2013b, p. 15.

ANEXO D – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOS ALUNOS e-JOVEM

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar	Capital	Interior do Estado	Região Metropolitana
Até 1 salário mínimo (até R\$ 678,00 inclusive).	33,39%	49,35%	45,55%
De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 678,00 até R\$1.356,00 inclusive).	49,84%	36,65%	41,78%
De 2 a 3 salários mínimos (de R\$1.356,00 até R\$ 2.034,00 inclusive)	11,87%	10,19%	9,25%
De 3 a 4 salários mínimos (de R\$2.034,00 até R\$2.712,00 inclusive)	2,85%	2,43%	2,40%
Mais de 4 salários mínimos (mais de R\$2.712,00)	2,06%	1,38%	1,03%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 14 – Distribuição da renda familiar por região.

Fonte: CEARÁ, 2013b, p. 26.

ANEXO E – MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS PARA CURSAR O PROJETO e-JOVEM

Tabela 37 – Distribuição da motivação atual para cursar o e-Jovem por região.

Qual a sua motivação atual para cursar o e-Jovem	Região		
	Capital	Interior do Estado	Região Metropolitana
Conseguir um 'emprego para financiar uma faculdade.	20,25%	22,17%	22,95%
Obter conhecimento e aprendizado para adquirir bens materiais, como: moto, aparelhos eletrônico, viagens e outros.	5,06%	3,40%	1,71%
Obter conhecimento e aprendizado para ajudar a família.	37,50%	32,93%	39,04%
Obter conhecimento e aprendizado para se emancipar financeiramente.	37,18%	41,50%	36,30%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: CEARÁ, 2013b, p. 43.

